



GAEA - GÊNERO, ÁGUA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL



GAEA - GÊNERO, ÁGUA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Esta é uma publicação da



Rua Valdemiro dos Santos, nº 538, Universitária II, CEP 79.071-600
Campo Grande – MS – Brasil
Telefone: +55 (67) 9205-7199
E-mail: mupan.mupan@gmail.com
Site: www.mupan.org.br

Diretoria

Diretora Presidente: Áurea da Silva Garcia
Diretora Executiva: Rose Mary Paes de Araujo
Diretora Administrativa: Josylene Paixão de Souza

Suplentes

Joceneide Farias Chaves
Daniella de Souza Masson
Shirley da Silva Matias

Conselho Fiscal

Ilza Braz da Silva
Aline Vandercléia Assis Mendes
Patrícia Lima Ortelhado
Simone do Valle Leone Peinado

Organizadoras

Áurea da Silva Garcia
Patrícia Honorato Zerlotti

Projeto Gráfico e editoração

Luis Augusto Akasaki

Capa: Karine Sales Arendt

Revisão de textos: Daniel Amorin

DVD encartado:

Organização: Áurea da Silva Garcia

Edição: Patrícia Honorato Zerlotti

Criação: Sílvia Cordeiro das Neves

Impressão e Acabamento: Gráfica Mundial

FICHA CATALOGRÁFICA

GAEA – Gênero, água, educação ambiental / organizadores Áurea da Silva Garcia,
Patrícia Honorato Zerlotti. - - Campo Grande : Mupan, 2015.
140 p. ; il. Color. ; 29,7 cm.

Contém DVD
ISBN: 978-85-69786-00-9

1.Educação Ambiental. 2. Gênero. 3. Educação a distância. I. Garcia, Áurea da Silva, coord.
II. Zerlotti, Patrícia Honorato, coord. III. Título.

CDU 577.4
CDD (23) 363.7

Organizadoras
Áurea da Silva Garcia
Patrícia Honorato Zerlotti

GAEA - GÊNERO, ÁGUA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Campo Grande - MS
2015

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Pedagógica

Áurea da Silva Garcia
Diego Correia da Silva
Rose Mary Paes de Araujo

Professores Conteudistas

Allison Isby
Angela Maria Zanon
Áurea da Silva Garcia
Icléia Albuquerque de Vargas
Patrícia Lima Ortelhado
Shirley da Silva Matias
Sílvia Cordeiro das Neves
Simone do Valle Leone Peinado
Suzete Rosana de Castro Wiziack
Synara Aparecida OlendzkiBroch

Tutoras

Áurea da Silva Garcia
Daniella de Souza Masson
Patrícia Lima Ortelhado
Shirley da Silva Matias
Simone do Valle Leone Peinado

Bolsistas

Adrielly Vilela
Daniella de Souza Masson
Suelen Sandim
Karine Sales Arendt

Coordenadora Executiva

Áurea da Silva Garcia

Parceiros

Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância
da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

PARCERIA



APOIO



APRESENTAÇÃO

A formação em Gênero, Água, Educação Ambiental (GAEA), realizada nos anos de 2013 e 2014, é a concretização de um sonho idealizado por várias pessoas, há muito tempo para a inserção dessas temáticas no cotidiano de educadores e educadoras, o que só foi possível com muitos esforços e parcerias. Ele foi materializado como Curso de Extensão pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no âmbito do projeto Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental, coordenado pela ONG Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), com apoio do Programa Aliança para os Ecossistemas (EA) - uma parceria entre IUCN NL, Both ENDS e Wetlands International.

Nesta publicação, que acompanha um DVD, você encontrará todos os materiais produzidos para realização do curso. Nas páginas impressas trazemos os textos de introdução de cada módulo desenvolvido, acompanhado de relatos de experiências com a finalidade de que o leitor consiga compreender a aplicação da teoria apresentada. O capítulo da disciplina Educação a Distância traz uma síntese dessa modalidade no Brasil para situar o aluno sobre este ensino que está cada vez mais presente em nosso dia a dia. No segundo texto, Educomunicação, iniciam-se as reflexões propostas pelo Curso, com diferentes conceitos da comunicação e representações do elemento água. No terceiro capítulo, Água, trazemos o cenário legal dos recursos hídricos no Brasil e Mato Grosso do Sul, pois para fazer a gestão da água é preciso conhecer o arcabouço legal. A

Educação Ambiental está no quarto e quinto capítulos. No primeiro deles é possível conhecer o estado da arte, as políticas públicas e a participação da sociedade. Na sequência são apresentadas experiências de mobilização e organização de coletivos educadores. No último capítulo, que trata do tema gênero, promovemos reflexões sobre a incorporação da mulher nos espaços de discussão e tomadas de decisão, e sobre como é necessária a ampliação e o fortalecimento dessas representantes.

Como não era possível incluir na publicação impressa todo o conteúdo do curso, elaboramos um DVD com todos os materiais produzidos (projeto político-pedagógico, guia didático do aluno, artigos e relatos de convidados e alunos) e os materiais de apoio das disciplinas (vídeos, artigos e cartilhas). Chamamos a atenção para última disciplina, Sistematização de Conhecimentos em Gênero, Água e Educação Ambiental, porque esta traz as produções dos cursistas em forma de relato de experiências, demonstrando o êxito do curso nas reflexões realizadas.

Desde o início tivemos o cuidado em organizar e sistematizar todo o processo de criação e execução do curso, porque acreditamos na replicabilidade dessa experiência educacional. Não poderíamos começar melhor, a formação GAEA foi uma das boas práticas selecionadas para ser publicada no *Compendium of good practices in training for gender equality*, organizado e publicado pela ONU Mulher – entidade das Nações Unidas para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres - e recebeu convite para divulgar sua proposta na *Red de Centros de Humedales de Latinoamérica y el Caribe*.

Boa leitura!

PROGRAMA ALIANÇA ECOSSISTEMA

A humanidade atravessa um período único em sua história, em que os sistemas econômicos e de produção baseados no lucro desenfreado e na exploração dos recursos naturais planetários atingiu níveis alarmantes e dão claros sinais de esgotamento. Nosso futuro não pode mais ser pensado através das mesmas lentes que geraram os sistemas atuais. Mais do que nunca, necessitamos de abordagens e de mentes inovadoras para soluções ainda não construídas.

Iniciado em 2011, o Programa Aliança para os Ecossistemas (EA - sigla de Ecosystem Alliance) é uma parceira entre o Comitê Holandês da IUCN (IUCN NL), Both ENDS e Wetlands International. A Aliança traz à tona essas discussões e busca desenvolver e fortalecer novas formas de interações por meio do apoio a organizações que atuam nos contextos locais. O objetivo principal do Programa é de “melhorar a qualidade de vida de populações empobrecidas e promover economias inclusivas, através do manejo responsável e participativo dos ecossistemas”.

A Aliança Ecossistema desenvolve ações diretas por meio de seu eixo internacional e está ativa em 16 países. Ao todo, são mais de 140 organizações não governamentais apoiadas no Sul Global e operando com três eixos programáticos: 1) Modos de vida e ecossistemas, 2) Promoção de economias verdes, e 3) Povos e mudanças climáticas. Cada eixo é desenvolvido em três linhas de intervenção estratégica que se interrelacionam: (i) apoio direto para redução da pobreza, (ii) promoção e fortalecimento da sociedade civil, e (iii) incidência em políticas.

A EA está fundamentada na premissa de que se deve investir fortemente na capacidade das organizações da sociedade civil e nas comunidades locais, incentivando sua atuação como agentes de mudanças para a governança sustentável dos ecossistemas e dos recursos naturais.

Em 2014, a Aliança para os Ecossistemas, junto com seus parceiros-organizações da sociedade civil do Sul Global (OSC), empresas selecionadas e governos - ganhou mais força e logrou construir soluções eficazes que contribuem para a gestão dos bens públicos internacionais, essenciais para assegurar as necessidades humanas básicas, tais como a água, segurança alimentar e renda, e para ampliar a resiliência às alterações climáticas.

O Programa EA se sente honrado em ter apoiado a Formação em Gênero, Água, Educação Ambiental (GAEA), por ser uma iniciativa desenvolvida e aplicada de maneira inovadora, que conseguiu ir além de um processo formativo, instigando os participantes a perceberem seus contextos locais, desenvolverem reflexões profundas sobre temáticas extremamente atuais e mapearem oportunidades de intervenção.

A Formação GAEA contribui para a construção das novas estruturas sociais, econômicas e políticas ao incentivar o protagonismo local e romper tabus. A metodologia desenvolvida pode ser replicada em vários contextos temáticos, políticos e geográficos. Rompe barreiras sociais ao enfatizar uma abordagem transversal e sócio-diversa para temas como água e gênero.

GAEA incentivou agentes de transformação. A leitura desses textos transmite as trajetórias de reflexão e aprendizagem percorridas durante esse processo formativo.

Esperamos que essa leitura inspire você também!

Por Sander van Andel e

Rafaela Nicola

A UFMS NA FORMAÇÃO EM GÊNERO, ÁGUA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Tanto o feminismo como o movimento ecológico, assim como os novos enfoques sobre população, reivindicam direitos e sujeitos novos, que foram omitidos na história oficial (...)
(Castro & Abramovay, 2005)

Em 2013 a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em parceria com a ONG Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), pôde proporcionar a Formação em Gênero, Água, Educação Ambiental (GAEA). Essa oferta foi possível utilizando suportes tecnológicos da educação a distância e com apoios institucionais da UFMS, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, do Programa de Mestrado em Ensino de Ciências e da Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância.

A ação formativa vinculada ao projeto Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental, apoiado pelo Programa Aliança para os Ecossistemas (EA), visou atender aos preceitos propagados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que apontam a mulher como parte integrante e essencial no manejo dos recursos naturais.

Desde que os seres humanos, constituídos em seus gêneros, passaram a conviver em nosso planeta, estabelecendo relações com os ambientes naturais, o protagonismo feminino sempre existiu, entretanto, a visibilidade das ações e decisões das mulheres sobre a natureza manteve-se ofuscada. Hoje, apesar da conquista de espaço nas sociedades contemporâneas, grande parte da população feminina ainda se encontra pouco situada nos processos de tomadas de decisão em relação às políticas socioambientais. Somam-se às mulheres outros segmentos da população, como os grupos étnicos e as comunidades tradicionais, quase sempre marginalizados, alijados das oportunidades de participação na construção de um mundo mais justo e sustentável.

Partindo da reflexão sobre a necessidade de se estimularem alternativas sociais de promoção de uma cidadania mais ecológica, consciente da necessidade de se viver e reproduzir socialmente em ambientes mais saudáveis, favorecendo a emancipação sociopolítica da mulher e de grupos sociais diversos, motivando-os a assumir o protagonismo na condução do bem-viver, a UFMS envolveu-se nessa campanha, reconhecendo a premente necessidade de fazer parte desse importante processo de transformação.

Diante dos quadros de alterações climáticas e das fontes de manutenção da vida no planeta, a universidade é impulsionada a fomentar a cultura da participação junto às comunidades, provocando a absorção de novos hábitos, ao mesmo tempo em que valoriza a recuperação de saberes locais e de práticas de gestão outrora exitosas, mas desprezadas na modernidade.

A participação popular no gerenciamento de recursos hídricos, independente de gênero, classe, etnia, idade, credo, opção política ou localização geográfica, está prevista nas políticas nacional e estadual e se legitima pelo interesse coletivo. Nos grupos gestores e decisores a presença feminina é primordial para se garantir o processo de democratização das sociedades e a expansão do alcance dos objetivos de interesse coletivo.

Com essa formação, a UFMS contribuiu para a produção de novas estratégias, visando intensificar a participação de lideranças locais em processos de discussão e decisão dos diferentes segmentos sociais. É a universidade contribuindo com a equidade de gênero, empoderando os atores envolvidos, estimulando e qualificando a participação feminina na definição e multiplicação de programas voltados para a manutenção da vida.

Somente foi possível atingir aos objetivos expressos pela formação mediante a constituição de uma equipe de docentes, tutores, técnicos e gestores composta por pessoas engajadas na temática “Gênero, Água e Educação Ambiental”, com experiência em educação a distância e afinidades com os conteúdos propostos. Contamos com diversos colaboradores, dentre os quais alunos e ex-alunos do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (PPEC) e membros do Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão Ambiental (GEPEA-MS).

Prof^a. Dra. Icléia Albuquerque de Vargas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PROGRAMA ALIANÇA ECOSSISTEMA	7
A UFMS NA FORMAÇÃO EM GÊNERO, ÁGUA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL	9
1. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	13
Educação a distância: conceitos e história no Brasil	14
2. EDUCOMUNICAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO	19
Educomunicação para a autonomia, cidadania e felicidade: reflexões	20
Relato de experiência: ParaTudo: Rede de Ecomunicadores do Pantanal – Serra da Bodoquena	37
3. ARCABOUÇO LEGAL DE RECURSOS HÍDRICOS E ESPAÇOS DE DISCUSSÃO E DECISÃO	41
Arcabouço legal de recursos hídricos e espaços de discussão e decisão para o cuidado com água	42
Relato de experiência: Estado da Arte dos Recursos Hídricos em Mato Grosso do Sul	53
4. ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO	67
Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação	68
Relato de experiência: Construção da Política Estadual de Educação Ambiental	79
5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE COLETIVOS	85
Coletivo Educador: desmistificando caminhos?	86
Relato de experiência: O percurso do grupo de educadores brasileiros e paraguaios pelas águas fronteiriças do rio Apa	97
Relato de experiência: Educação Ambiental no Ecoparque Cacimba da Saúde	103
6. INCORPORAÇÃO DE GÊNERO NOS ESPAÇOS CONSTITUÍDOS	107
Contexto do GAEA: o porquê de Gênero, Água, Educação Ambiental	108
Relato de experiência: Gênero, feminismo e meio ambiente: apontamentos e interlocuções	123
Relato de experiência: Ensino, pesquisa e extensão nos campos teórico-políticos da sexualidade e gênero: desejo de ‘desver’ o mundo	131
ÍNDICE DE CONTEÚDO DO DVD ENCARTADO	137

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Educação a distância: conceitos e história no Brasil

Educação a distância: conceitos e história no Brasil

Este texto é uma breve introdução da história da EaD no Brasil. Para sua construção nos baseamos no artigo produzido pela doutora Lucineia Alves¹, publicado na Revista da Associação Brasileira de Educação a Distância de 2011. A obra completa está disponível no DVD que acompanha esta publicação.

Para uma melhor compreensão estruturamos o texto em dois momentos. No primeiro apresentamos a situação atual da EaD e como a mesma é definida e conceituada no Brasil. Em um segundo momento, trazemos a trajetória histórica da sua implementação, como foi e ainda está se consolidando no país.

O que é a Educação a Distância?

A EaD está em crescimento no mundo e no Brasil, sendo cada vez mais utilizada na Educação Básica, Educação Superior, Profissional, treinamento governamentais e cursos abertos, entre outros. Ela tem se tornado um instrumento fundamental de promoção de oportunidades para muitos indivíduos. Essa modalidade de educação se caracteriza pelo uso “intenso de tecnologias de informação e comunicação, onde professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo” (ALVES, 2011, p. 84).

¹ Doutora e mestra em Ciências pelo Instituto Oswaldo Cruz – Fiocruz – RJ. Especialista em Ensino de Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Licenciada e bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: lucineia@histo.ufrj.br. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf

As inovações tecnológicas e a inclusão digital sem dúvida são impulsionadores da modalidade a distância. As ferramentas multimídias promovem novas abordagens de interação no processo de produção de cursos. A facilidade em acessar um grande número de informações permite uma maior interação e colaboração entre pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados (ALVES, 2011, p. 84).

Conceitos de EaD

Existem vários conceitos de Educação a Distância e todos apresentam alguns pontos em comum. Entretanto, cada autor ressalta e/ou enfatiza alguma característica em especial na sua conceitualização considerando seu contexto histórico e tecnológico. Mas a maioria enfatiza que a Educação a Distância é aquela que atende um grande número de pessoas e na qual professor e aluno estão em espaços físicos/geográficos diferentes.

No Brasil o conceito de Educação a Distância é definido pelo Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005):

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Essa definição da Educação a Distância complementa-se com o primeiro parágrafo do mesmo artigo, em que se ressalta que esta deve ter obrigatoriamente momentos presenciais, como se segue:

§ 1º A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

- I – avaliações de estudantes;
- II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente e
- IV – atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

A Educação a Distância no Brasil

Souza apresenta em seu artigo uma linha do tempo da Educação a Distância no Brasil e ressalta que as primeiras experiências provavelmente ficaram sem registro visto que os primeiros dados conhecidos são do século XX (SOUZA, 2011). Neste texto destacamos alguns acontecimentos de cada década que marcaram a história da modalidade em nosso país. O cronograma completo está no artigo da autora.

- 1923 – um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a EaD pelo rádio brasileiro.
- 1939 – surgimento, em São Paulo, do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio Técnico Monitor.
- 1941 – surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos; juntaram-se ao Instituto Monitor e ao Instituto Universal Brasileiro outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante a distância. Algumas dessas instituições atuam até hoje. Ainda no ano de 1941, surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944.

- 1947 – surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo desta era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência durou até 1961, entretanto a prática do SENAC com a EaD continua até hoje.

- 1979 – a Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas. Em 1989 surge o Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e é lançado o Brasil EaD.

- 1991 – o programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início. Em 1995, com o nome “Um Salto para o Futuro”, foi incorporado à TV Escola, tornando-se um marco na Educação a Distância nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país.

- 1992 – é criada a Universidade Aberta de Brasília.

- 1996 – é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. É neste ano também que a Educação a Distância surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto n. 5.622 (BRASIL, 2005), que revogou os Decretos n. 2.494, de 10/02/98, e n. 2.561, de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial n. 4.361 de 2004 (PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

- 2000 – é formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas

na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Nesse ano também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.

- 2004 – vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EaD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e o Mídias na Educação. Estas ações conflagraram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

- 2005 – é criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o MEC, estados e municípios, integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância.

- 2006 – entra em vigor o Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (BRASIL, 2006).

- 2011 – A Secretaria de Educação a Distância é extinta. Torna-se importante citar que somente na década de 1990, é que a maior parte das Instituições de Ensino Superior brasileiras mobilizou-se para a Educação a Distância com o uso de novas tecnologias de informação e comunicação.

Segundo Souza (2011), o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED), buscava inovar o ensino incorporando as tecnologias de informação e comunicação, assim como também promovia a pesquisa e o desenvolvimento de novas práticas. Entretanto, agora essas ações estão vinculadas as novas gestões.

EDUCOMUNICAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Educomunicação para a autonomia, cidadania e felicidade: reflexões

Por Allison Ishy¹

Educomunicação para a autonomia, cidadania e felicidade: reflexões

Das formas de comunicação

Está em alta fazer comunicação. De um neologismo, palavra re-criada atualmente, vem o conceito real da “comunicação popular”, aquela que realmente é feita pelo povo e para o povo. Já não é tão difícil encontrar experiências de educomunicação nas comunidades, e isso ocorre também pela transferência das tecnologias de informação e comunicação, ou seja, pela facilidade que temos hoje com os aparelhos celulares, computadores, internet e a recém-chegada TV digital.

No entanto, ainda que não existissem tantos aparelhos ou instrumentos de comunicação, a educomunicação poderia ser tão eficiente quanto quando se utilizam as tecnologias. Por quê? Porque a comunicação nunca dependeu de tecnologia ou inventos do ser humano para ocorrer.

A comunicação pertence e sempre pertenceu a nós, humanos, mas ela também é um padrão que existe no universo.

Educomunicação é uma nova palavra, mas sua essência é a mesma da chamada “comunicação popular”, desenvolvida muitas vezes para dar poder, espaço, voz, para empoderar minorias, para manifestar insatisfação diante de uma injustiça

¹ Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999). Tem experiência na área de Comunicação e Políticas Públicas Socioambientais, Redes Sociais, Tecnologias da Informação e Comunicação, Rádio, Fotografia e Educação Ambiental. Desde 1998, dedica-se às áreas de comunicação e gestão da informação socioambiental, educomunicação e multimídias, ecojornalistapantanal@gmail.com.

social, ambiental, econômica, moral etc. E mesmo para atender às demandas que os meios de comunicação de massa não são capazes de atender.

Por que os meios de comunicação de massa, ou seja, os jornais impressos, os canais de televisão, os portais de informação da internet e as emissoras comerciais de rádio não fazem educomunicação? Porque seu principal objetivo não é beneficiar um coletivo (embora todos façam isso em um nível menor ou maior); eles possuem o legítimo interesse empresarial, de lucro. E isso é mau? Absolutamente! É apenas a lei do mercado econômico de nosso sistema financeiro e social.

“A educomunicação é a utilização dos meios de comunicação para produzir comunicação como um direito humano de todos, independente de idade, gênero, origem ou condição social.”

Por isso é justificável – não ético – que alguns meios de comunicação noticiem tragédias, crimes, fofocas ou estimulem a invasão da privacidade da vida alheia.

Embora existam canais de televisão comunitários e rádios também criadas para atender comunidades, eles não se enquadram na categoria de meio de comunicação de massa.

O surgimento de um meio de educomunicação não ocorre exatamente para se opor aos meios de comunicação de massa; isso pode acontecer, mas geralmente ela surge para fazer um papel que não é feito por estes grupos ou multinacionais. Se atualmente contarmos todas as redes de comunicação em massa - editoras, produtoras de filmes, grupos proprietários de jornais, rádios e emissoras e canais de televisão - perceberemos que todos estes meios de comunicação são propriedades de algumas famílias.

Se ainda assim você quer acreditar que quatro ou cinco famílias podem

representar e atender às necessidades da gigantesca diversidade de idiomas, culturas, pensamentos, ideologias, filosofias, anseios, problemas e soluções de sete bilhões de pessoas no mundo, você tem toda liberdade, pois seu pensamento é talvez uma das poucas partes de seu ser que não podem ser aprisionadas realmente. Mas talvez devamos adquirir mais inteligência para conhecer e, sabendo como tudo funciona hoje no mundo, talvez possamos construir e pensar uma nova forma de comunicação, que não exclua as atuais, mas as aperfeiçoe e melhore.

Para maior compreensão, educomunicação é uma palavra criada a partir da junção de educação + comunicação, dando um primeiro sentido à sua real missão de ensinar a fazer comunicação por meio de um processo educativo, libertário, pois oferece a capacidade de desenvolver a comunicação com objetivo de benefício de um coletivo, um grupo.

Não é nada inteligente deixar de observar a natureza. É perda de tempo. Ela é como um microcosmo do universo, a natureza de nosso interior, de nosso organismo, de nossa psicologia, dos que estão ao nosso redor, dos seres animados e inanimados, pois até onde podemos conferir pelos registros da ciência ainda preservados, muitos importantes cientistas afirmavam que, embora os minerais, por exemplo, não tivessem movimento, emitiam energia, interagem com o seu ambiente, igual àquela planta popularmente conhecida no Brasil como dorme-maria, que recolhe suas folhas quando as tocamos ou quando o sol se põe, e as abre ao amanhecer, mesmo sem ter olhos para ver a luz.

Recentemente, Aidan Dwyer, um menino de 13 anos, foi considerado gênio por ter criado a primeira forma diferente de captar energia solar.

Por meio das células fotovoltaicas ele resolveu imitar, no quintal de sua



LEITURA: Mais conceitos sobre Educomunicação estão disponíveis no DVD que acompanha esta obra.

VÍDEOS: Assista os vídeos indicados pelo autor no Guia Didático do Aluno e reflita sobre como podemos aprender com a natureza.

casa, o padrão e o formato das folhas e galhos das plantas, e colocou cada célula no formato da folha e na posição correta, imitando a própria natureza, crescendo em formato espiral. Assim a captação de energia é muito mais eficiente que os atuais painéis quadrados, que ocupam grande espaço e são ainda muito caros para suprir uma família inteira com energia elétrica e água quente.

O menino foi mais inteligente que muitos doutores e cientistas “PhDeuses”. E sabem por quê?

Novamente, porque tudo que ele fez foi observar a natureza ao seu redor. Assim é como aprenderemos a fazer a educomunicação.

Observando o mundo, ou a nós mesmos, não importa sobre qual partícula ou porção vamos colocar atenção, para aprender a fazer comunicação devemos observar para depois produzir, comunicar, difundir aquilo que dará mais felicidade e equilíbrio aos nossos irmãos, à comunidade, ao coletivo.

Para aprender, precisamos aprender a fazer as perguntas corretas. Mesmo errando, aprendemos. Aprendemos o que fazer e o que não fazer da próxima vez. Não é assim nossa vida?

Desde o reino vegetal até o mineral e animal, ou mesmo nos fenômenos da natureza e do universo, como as estações do ano, os ventos, a cheia e a seca, a comunicação é parte integrante de tudo no universo; sem a comunicação não haveria também universo. Seria mais propício compararmos a comunicação a um padrão do universo para criar ou destruir, pois mesmo a destruição é apenas temporária e, depois de um ciclo de morte, segue-se um ciclo de vida.

Não fosse assim, as folhas que caem das árvores não alimentariam novas plantas que se nutrem do rico solo que foi transformado com os elementos da natureza.

Terra e sol, mar e terra, sistemas solares, galáxias, estrelas e buracos negros, noite e dia, calor e frio, cheia e seca, fogo e água. Tudo interage, comunica-se em ciclos, em ondas que irradiam energia, luz, cores, movimentos.

A nossa própria galáxia tem o mesmo formato do símbolo do Yin e Yang, porque energias opostas se equilibram.

Quando a seca castiga a terra, a natureza e os seres humanos, quando tudo está quase seco, quando a última folha da centenária árvore cai, levando com ela o último suspiro de esperança por água, então chega a hora da cheia dos rios no Pantanal e da primavera no Cerrado.

Se a seca quase matou a natureza, ela também é a responsável por quebrar a dormência de sementes, de flores e diversas formas de vida.

“Existem métodos tão simples que mesmo sem livros e sem professores por perto da gente, compreendemos que a natureza fora e dentro da gente oferece tudo que precisamos para aprender.”

A semente nunca germina sem o equilíbrio de duas forças. Para muitos isso é uma revelação, mas não para biólogos, pantaneiros, mateiros ou sertanejos, porque eles observam a natureza. E isso é tudo que precisamos para aprender tudo que quisermos. Observe a comunicação entre tudo neste mundo. A semente pode ficar milhares de anos dormente e não germinar. Mas se um dia ela cair na terra e sofrer a ação do fogo e da água, despertará. Um dos métodos mais simples é colocar a semente em água para ferver e, antes de ela borbulhar, no instante em que a panela metálica começa a estalar e as primeiras bolhinhas de ar começam a se desprender do fundo, desliga-se o fogo. Pronto: a semente quebrou sua dormência.

Entendem agora que até mesmo o fogo e a água tiveram de se comunicar,



VÍDEO - Assista a palestra sobre a Mensagem da Água (<http://www.youtube.com/watch?v=wqVaTkLW3bs>) e realize o experimento indicado no Guia Didático do Aluno disponível no DVD que acompanha esta obra.

nem muito de um, nem muito de outro, mas os dois elementos tiveram de interagir para gerar uma nova vida?

E nós, seres humanos, como quebramos a nossa dormência? Reflita todos os dias sobre isso.

Fazendo educomunicação sem complicação

Além do padrão universal que divide as criações em duas, em três ou uma, existem fios invisíveis, ondas que o aparelho humano convencional não é capaz de ver, sentir ou ouvir.

Assim, nunca poderíamos dizer que temos que aprender a fazer comunicação, se nós somos comunicação desde antes de nascermos. Comunicávamos à nossa mãezinha que precisávamos mais de jaca do que de laranja, ou preferíamos um dia doces de compota, especialmente aqueles de figo com creme de leite e, no dia seguinte, só de sentir o cheiro enjoávamos. Depois passamos a nos mover, a dar sinais de comunicação entre nosso mundo e quem vinha de fora apertar com carinho a barriga da mãe, como se fossem curiosos querendo saber quem estava ali dentro do ovo.

Mesmo antes de nascer os fetos podem ouvir e reagir perfeitamente a sons, músicas, sentimentos e pensamentos, seja da mãe ou dos que estão a seu redor. Mas isso é apenas um conhecimento universal que todas as mães já sabem.

Neste módulo, você compreenderá que educomunicação é um tipo de comunicação produzida, planejada e executada da forma como você quiser e, nesse método, você compreenderá por que já sabe como fazer comunicação, bastando apenas um pouco de orientação do professor e dos tutores para atingir os melhores resultados.

Da teoria da evolução atual às diversas teorias das mudanças climáticas e às notícias de conflitos religiosos, políticos ou culturais, todos se dizem donos da verdade. Muitos cientistas preferem acreditar que existam várias verdades.

Mas nós, jornalistas, e vocês, comunicadores populares, utilizamos a

seguinte sabedoria: “Existem várias versões de uma mesma verdade”.

Ainda que fosse uma verdade única, num suposto início de notícia ou fato, é certo que cada testemunha irá manifestar o registro na sua linguagem, em forma de desenho, foto, vídeo, escrita etc. Mas não entraremos no mérito de procurar saber quem fala verdade ou quem fala mentira. Certamente muitas informações possuem conflitos de interesses e se você novamente parar de buscar tantas teorias fora, mas se focar em sua própria vida, compreenderá que os mesmos conflitos entre os países que estão em guerra, por exemplo, apresentam-se em menor escala na nossa vida e no nosso cotidiano.

Por exemplo, se lhe perguntarem: “O que você acha de sua sogra?”

E se perguntarem à sua sogra: “O que você acha de sua nora/seu genro?”

Possivelmente a maioria das respostas será diferente, embora existam lindos exemplos de relações harmoniosas.

Um bandido preso, na maioria dos casos, sempre alega inocência. Assim como sua vítima alegará que o criminoso ou contraventor é culpado.

Então, a busca da verdade-verdadeira, como dizem filósofos, é quase uma utopia, é um sonho, uma conquista quase impossível. Mas isso nos inspira, como tentar saber de onde vieram os humanos ou como surgiu o primeiro dessa espécie; e, se houver uma missão nobre, qual será ela em nossas vidas? E se um dia pudéssemos imaginar como seria a humanidade no futuro, daqui a 10 mil anos?

Tais questões, como o objetivo fundamental do jornalismo – a busca da verdade –, são como o sonho de um planeta sem guerras, sofrimento e mortes.

A origem da comunicação

Talvez não seja tão importante descobrir a verdade e a origem de tudo inicialmente, pois essas respostas ainda requerem o desenvolvimento de uma superinteligência humana, e isso não se adquire apenas intelectualmente, mas na prática da vida, no dia a dia. Talvez essa descoberta seja mérito, seja um plus, um

presente que ganhamos quando resolvemos buscar simplesmente o desenvolvimento da maior capacidade humana já descoberta: o poder e o amor.

Pois não é clichê lembrarmos novamente da relação de seu mundo comunicativo. Você só nasceu neste mundo porque um dia um homem e uma mulher se olharam e se apaixonaram. E isso não aconteceu pelo sexo, embora todos nasçamos de cabeça para baixo e comecemos a caminhar em quatro patas (engatinhando) e sem nada saber.

Todos nascemos a partir do princípio simples do amor. O brilho, a luz no olhar, a transmissão de uma forma de energia, de uma manifestação chamada eletromagnetismo. Mas mesmo o eletromagnetismo, ou o que poderíamos simplesmente chamar de eletricidade humana e do universo, sozinho não bastaria para criar nova vida. A essa eletricidade acrescenta-se o amor. E o amor não possui definição, pois é superior ao verbo, à escrita, à materialidade.

O amor deu origem à comunicação.

Como diz o sagrado livro conhecido como Bíblia, no princípio de tudo foi o verbo que se criou e se fez carne; a ciência que estuda simples fenômenos físicos também diz algo semelhante. Ainda que tenhamos desvendado pouco sobre o comportamento do som, sabemos que ele se manifesta como uma vibração, e cada vibração, cada tipo de nota musical, cada tipo de frequência dá movimento, forma e até mesmo cor a partículas materiais. Hoje é provado que o som cria.

E assim é verdade, finalmente, o que há milhares de anos escreveram homens e mulheres de sabedoria: que o verbo criou o universo.

Com maior acesso às informações e pesquisas do passado, registradas e democratizadas pelo mundo em vários idiomas, podemos hoje fazer experiências com a vibração do som em uma mesa com um punhado de areia.

O som gerado dá forma, movimento, volume aos grãos, e estes assumem o mesmo formato dos sistemas solares, das galáxias, os mesmos padrões de giro dos

planetas ou de troca de gases entre a árvore e o ser humano. Estudamos também como a ressonância é capaz de nos promover uma vida equilibrada ou desequilibrada.

A vibração de uma ópera de Mozart, quando encontra uma superfície plana, como um pedaço de papel com um punhado de terra em cima, logo espalha os grãos e desenha uma figura geométrica, uma estrela perfeita de 12 pontas.

Muitos dos conhecimentos sobre a comunicação no universo não são ensinados nas escolas e nem repassados pela maioria dos cientistas. Por quê? Boa pergunta. Mas, além da limitação e da tendência que temos de classificar tudo que é contrário ou demasiadamente diferente do conhecimento tradicional que aprendemos como “teoria da conspiração” (talvez isto seja uma forma de evitar que aprendamos realmente aquilo que seja importante), além deste “medo” irracional que temos em relação a tudo que é desconhecido, devemos usar mais a inteligência racional e imaginar que talvez os grandes homens do passado tenham deixado muitos desses conhecimentos já registrados para a atual civilização e que talvez não tenhamos tamanha inteligência ou precisemos recuperar esses conhecimentos-chave para novamente compreender essas informações.

Mas como será que a velha benzedeira sabe com antecedência, sem que ninguém lhe revele ou sem que tenha lido algum livro com fórmulas, que uma criança tem “mau-olhado”? E como é possível que determinadas ervas especiais e orações ditas ao pé-do-ouvido da criança curem um mal que nem os médicos ou “PhDeuses” da medicina conseguem curar?

Como o pantaneiro sabe que as mudanças climáticas e o aquecimento global não têm relação exatamente com o carbono, mas como fato de que o sol está mais baixo, mais próximo da Terra, embora nunca tenham lido livros que digam que antigamente, na época de Sócrates, crucificavam-se cientistas que afirmavam que o sol possui mais ou menos a metade do tamanho da península do Peloponeso?

Depois começamos a acreditar na teoria da Terra chata, plana, mais tarde na teoria da Terra como centro do sistema, depois do sol como centro do sistema.

Antes o café fazia mal, agora faz bem, idem para o ovo, açúcar, cigarro, cerveja.

Bem, você já percebeu que, conhecendo a nossa própria história, percebemos que as verdades são realmente relativas.

Mas a educomunicação dá a base para toda a vida, porque é como o pantaneiro que sabe com semanas ou meses de antecedência o exato dia e hora em que virá chuva ou em que nascerá uma nova ninhada de jacarés. Mesmo sem a internet, sem os livros e sem as academias, o pantaneiro de raiz sabe e sempre soube que a melhor escola é a sua própria vida e o melhor livro é a própria observação da natureza e do meio ambiente.

Ser humano, o meio de comunicação mais eficiente do mundo

Muitos ainda desconhecem as novas teorias sobre a água.

Será essencial compreendermos a relação da água com a comunicação, porque não somos apenas ar (respiração), terra (carne) e fogo (calor, sexo, bioeletricidade), somos também água!

“Para fazer comunicação, precisamos primeiro compreender quem somos nós. E nós somos máquinas ou organismos ou seres perfeitos que em si são comunicação, acordados ou dormindo.”

Os estudos sobre a mensagem da água demonstram a capacidade que dois átomos de hidrogênio, combinados com um de oxigênio, têm de acumular e memorizar informações, como se fosse o menor microchip do mundo. Mas, pensando bem, você logo poderá perceber que somos realmente uma máquina humana, um complexo, perfeito e maravilhoso computador, o mais evoluído de todos neste mundo, porque temos 70% de água no corpo.

Uma das questões que o professor coloca aos alunos para reflexão é: “se realmente encontrarmos essa verdade, de que somos o mais perfeito, o mais evoluído, eficiente e veloz megacomputador que já existiu no mundo, por que ainda necessitamos de usar computadores que dão ‘pau’ de meia em meia hora?”

Talvez a máquina humana seja ainda como a semente que não brotou, mesmo depois de milhares de anos.

Mas um dia – basta conhecimento, basta amor – serão despertadas todas as potencialidades, e uma potencialidade básica dos super-humanos do futuro será a comunicação.

Por que fazer educomunicação?

Um jornalista ou um comunicador de alta credibilidade nunca desenvolve sua produção apenas trabalhando dentro das redações. Ele se inspira em tudo que observa, vê, sente, ouve, pensa. As pessoas, a natureza, o meio que o circula são parte de sua experiência de mundo, e sua expressão, quanto mais compreender que tudo que existe no mundo deveria ser respeitado e não julgado, se desenvolverá com maior maturidade e amor pela humanidade.

O ditado conhecido pelos estudantes de jornalismo diz que “jornalista escreve para jornalista”. Assim é a verdade. Quando um meio de comunicação apresenta em primeira mão um fato, fura os demais. E, assim, estes não noticiam, porque isso já foi feito pelo concorrente. De que importa isso para os leitores do jornal B, que não noticiou o fato?

Um verdadeiro jornalista ou educador nunca escreve para si nem para uma empresa comercial apenas. Ele escreve para um coletivo, um grupo, para o bem comum.

E ainda que a verdade-verdadeira seja uma utopia, quanto mais próximo disso chegarmos, mais teremos a certeza do fundamental papel do bom comunicador na sociedade. Quando comunicamos dor e sofrimento, apenas, é

isso que construímos e materializamos no mundo. Mas quando comunicamos dor e sofrimento com responsabilidade e máximo de isenção, isso se traduz em não julgar as versões da verdade, senão apresentá-las ao público. Pois jornalista não é delegado, nem juiz, nem dono da verdade, é apenas um trabalhador que organiza e distribui informações de relevante interesse público.

Os conhecimentos acumulados e registrados pela história nunca devem ser menosprezados. Devemos, como estudantes de comunicação, nos lembrar sempre de que as informações do passado nos dão um chão, nos orientam e nos informam de onde viemos, o que fizemos e como tem ocorrido nossa história neste mundo.

Se observarmos apenas os livros e as teorias e nos esquecermos da vida, que é bem diferente de um livro – feito de folhas mortas das árvores, mas com seu nobre valor – então poderemos perder a maior oportunidade de realmente aprender a fazer comunicação melhor, com um objetivo nobre, superior, pois a vida não é um livro de folhas cinza-amareladas nem um chip de computador. A mim, professor, ela é mais parecida com uma linda árvore que dá flores e frutos doces e deliciosos, que matam a fome e a sede e nos dão saciedade de alegria durante mais de uma estação por ano.

A comunicação feita na nossa vida é mais parecida com o vento, que é tão físico e real, mas nunca sabemos realmente de onde veio e para onde vai. A natureza é livre e perfeita. Por que então todos os seres humanos do mundo ainda não são ou não se sentem totalmente livres, perfeitos e felizes?

Na nossa re-conexão como um ser perfeito do universo, compreenderemos que a comunicação com o objetivo de melhorar a vida ou aliviar um sofrimento de um grupo ou comunidade será uma consequência natural do aprendizado sobre nós mesmos.

Somente quando começarmos a compreender o que somos, ou seja, quais são as reais potencialidades de cada ser humano, poderemos promover qualquer tipo de comunicação que resultará em equilíbrio, em distribuição de riquezas, de

conhecimentos, informações úteis que beneficiem a todos.

Isso é um sonho? Não, não é sonho, porque em essência todos, todos nós queremos um mundo melhor e sabemos realmente como é bom amar e sermos amados. Mas, às vezes, quando um não consegue falar ou compreender o que o outro diz, geram-se ruídos.

Enfim, a verdadeira educomunicação se aprende sozinho, pois ela é mais a própria ação, a própria atitude, a teoria que aprendemos refletida em prática.

Por exemplo: pensemos agora em quais formas de comunicação podemos já fazer, seja escrita, oral, fotográfica ou audiovisual (com os aparelhos celulares ou máquinas fotográficas), por desenhos, campanhas, gestos (mímicas), códigos (código morse, taquigrafia), músicas, símbolos etc. Como ser humano, tudo que você aprendeu foi por tentativa e erro e por trilhar este ou aquele caminho; ainda que no início não tivesse nenhum livro, foi desenvolvendo:

- O chorar para pedir leite, carinho ou cura de dores e doenças, cada um com suas notas musicais, com seus tons e semitons diferentes; uma mãe e um bom pai compreendem o que significa cada tipo de choro.
- O andar, ainda que isso fosse de extrema preocupação dos adultos que o acompanharam nesse momento tão importante, e significasse tombar, cair, ganhar dores e galinhos na cabeça, feridinhas na pele.
- O falar, pois ainda que uma criança não saiba compreender inicialmente o significado do idioma dos adultos, ela se comunica perfeitamente no idioma dos bebês com outros de igual idade. Por exemplo: as crianças e os bebês que ainda não falam, balbuciam sons guturais que nós adultos não compreendemos, mas eles se entendem muito bem entre si. Este é um mistério para muitos. E eles também têm a capacidade de se comunicar com os animais.
- O escrever, pois você aprendeu a escrever, treinando a caligrafia, treinando com os ditados dos professores, ainda que pudesse inicialmente sentir

enorme dificuldade de expressar seu pensamento, algo que não se pega nem se toca, mas que é tão real quanto a vida, no papel ou numa redação.

A vida é nossa perfeita escola de comunicação.

Mas estamos realmente aproveitando a potencialidade da comunicação para nossos objetivos?

Estamos realmente obtendo mais felicidade ou seu oposto, tristeza, com a comunicação que fazemos?

Ainda que não houvesse livros, nem computadores ou internet, ou mesmo telefone ou telégrafo, o ser humano nunca deixaria de se comunicar, pois ele nunca deixa de pensar; daí, talvez, venha a sabedoria que diz: “penso, logo existo.”

Pensando bem, agora que você conheceu um pouco mais do incrível “ser humano” e da natureza universal, que tipo de comunicação você mais gosta de fazer?

Depois de responder às perguntas, faça as seguintes reflexões:

Primeira reflexão: Por que os jovens que saem às ruas estão, no senso comum do povo brasileiro, sendo estigmatizados como baderneiros e arruaceiros, e por que no carnaval as pessoas saem para manifestar alegria com máscaras, bebem todas, brigam, se envolvem em crimes e acidentes de trânsito e geralmente não são presas? E por que hoje, quando jovens saem às ruas de máscaras, para manifestar insatisfação com a corrupção e o governo brasileiro, lutando por menos impostos, mais empregos, serviços gratuitos e de qualidade, a maioria das pessoas comuns acredita que são nada mais que um bando de arruaceiros e que realmente a polícia deveria bater e prender essas crianças?

Ainda que os meios de comunicação noticiem que a baderna é feita por “alguns” mascarados, observe a partir do senso comum do povo, com seus vizinhos, se eles fazem essa distinção ou se consideram tudo um bando de jovens que só querem fazer arruaça?

Será que as pessoas são influenciadas pelas mídias de massa? Semelhantes,

mas não iguais a um computador, que recebe uma programação para executar uma tarefa?

Por que outras informações que dizem, provam e comprovam exatamente o contrário, ou seja, que são crianças pedindo ordem e responsabilidade no Brasil, nunca foram divulgadas na grande imprensa, mas apenas em sites, blogs, e redes sociais?

Você sabia que as manifestações que estão sacudindo o Brasil nos últimos anos foram todas planejadas apenas com a internet e tecnologias da informação e comunicação, sem qualquer apoio dos meios de comunicação de massa, poderes públicos e, aparentemente, das instituições privadas?

E sabia que fazem parte de um processo mundial, como um novo tipo de vírus, que se espalhou a partir da Grécia, pela Europa, Egito, Argentina, EUA, inúmeros países, e chegou no Brasil?

Você nunca imaginou que a comunicação é capaz de criar um vírus tão poderoso e contagiante, né? Pense nisso, é óbvio que não estamos falando de um vírus convencional, mas de uma alegoria, uma forma de contágio mundial, sem barreiras físicas, políticas nem culturais, que foi espalhada pelo que os cientistas hoje denominam subjetivamente como o “Grande Cérebro do Planeta Terra”, sua rede neural, que é a internet.

Não se trata de julgarmos os objetivos dessas ações, trata-se de despertarmos a inteligência e descobirmos que toda comunicação, toda informação, toda mobilização tem um centro organizador. Ainda que digam que essas manifestações não tenham líderes, elas têm sim, apenas a forma é diferente de antes. Os líderes são muitos e não apenas um, mas ainda assim existem núcleos organizadores da manifestação e existe uma guerra silenciosa entre estes grupos jovens e os grupos dos velhos, que já se estabeleceram no poder da comunicação há um bom tempo.

Segunda reflexão: Em Campo Grande uma estudante foi morta por outra

jovem estudante, menor de idade, numa briga escolar.

Não vamos julgar quem está com a razão. Vamos pensar inteligentemente.

Se a Teoria da Mensagem da Água estiver correta, e tudo indica, pelas experiências que fazemos em nós mesmos, que sim, qual seria a consequência de se explorar insistentemente assuntos como morte, violência, brigas, criminalidade, aumentando a audiência e também a preocupação, o medo, a indignação, o nervosismo nos telespectadores, ouvintes ou leitores durante vários dias e em mais de um horário nobre? Você acredita que basta apenas noticiar ou precisamos insistentemente falar e mostrar mais e mais a mesma cena do assassinato para chocar mais e mais as pessoas?

No dia seguinte à notícia da morte da estudante e da insistente exploração do tema na TV, a mesma emissora noticiou que a polícia descobriu que outro grupo de jovens, dessa vez meninos armados com revólveres e meninas armadas com canivetes, todos estudantes, já haviam marcado novo confronto.

Será que a comunicação, pensando na Mensagem da Água, ao invés de apenas comunicar os fatos, também influenciou as crianças para a revolta, a guerra, o ódio, ou isso não tem relação com o fato ocorrido no dia seguinte à morte da estudante.

Terceira reflexão: A fundamental diferença entre mensagens de comunicação superiores e inferiores é que as primeiras não julgam, simplesmente noticiam aspectos em conflito, negativos ou que trazem sofrimento, e estimulam aspectos positivos, soluções, alternativas de harmonia ou equilíbrio. A má notícia consegue estabelecer um julgamento e uma sentença, sem antes dar essa oportunidade à própria inteligência do telespectador, ouvinte, leitor ou usuário de um meio de comunicação.

ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM: Leia o Guia Didático do Aluno, disponível no DVD que acompanha esta obra, e faça as atividades sugeridas para aprofundar as reflexões e colocar em prática a educomunicação.



Em essência, jornalismo é a busca da verdade, não é julgar o certo ou o errado, nem estimular o bem ou o mal. É simples, mas até hoje a verdade-verdadeira parece ser mais uma utopia que nos estimula a continuar sonhando por um mundo, uma sociedade, uma vida individual e coletiva melhor.

O que você acha que seria uma comunicação superior e eficiente para melhorar a saúde e reduzir os gastos públicos?

a) A atual campanha que o governo brasileiro imprime nos maços de cigarros, que estimula mensagens sanguinolentas, sem beleza, que explora a doença e a degradação humana, ou

b) A impressão de imagens e mensagens que ajudem os fumantes a pararem de fumar, como, por exemplo, raríssimas campanhas televisivas que espalham a frase: “Pare de fumar, você pode, você consegue!”



Formação em educomunicação promovida pela Mupan. Foto: Arquivo Mupan



EDUCOMUNICAÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Relato de experiência: ParaTudo: Rede de Ecomunicadores do Pantanal –
Serra da Bodoquena

Por Cecília Brosig¹

Gláucia Helena Fernandes Seixas²

Marja Zattoni Milano³

Anne Zugman⁴

e Anne Galvão⁵

O Pantanal, com seus 140.000 km², é a maior área úmida das Américas e abriga uma rica biodiversidade. Essa região tem especial importância por abrigar populações relativamente vigorosas de muitas espécies já ameaçadas e vulneráveis em outros ambientes. Essas características foram responsáveis por sua inclusão como Patrimônio Nacional na Constituição Brasileira de 1998, pelo reconhecimento da UNESCO, em 2000, de parte de seu território como Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade e sua indicação como Área Úmida de Importância Internacional, na Convenção RAMSAR. No entanto, a crescente supressão da vegetação nativa nas áreas florestadas, a substituição das pastagens nativas por pastagens exóticas na planície, o desmatamento nos planaltos adjacentes, além de caça, pesca, tráfico de animais silvestres, construção de barragens e assoreamento dos rios, vêm ameaçando a manutenção desse completo ambiente.

Neste contexto também vive uma grande diversidade de atores sociais, moradores de núcleos urbanos, de fazendas na área rural, de assentamentos de reforma agrária e de comunidades ribeirinhas que, em grande parte, tiram da terra o seu sustento e, por isso, dependem da manutenção da qualidade ambiental da região. Além disso, essas populações ficam, de certa forma, isoladas umas das outras, distantes dos grandes centros urbanos e também das usuais fontes de informação e comunicação. Sendo assim, esses atores não participam dos processos de tomada de decisão em relação à gestão do território onde vivem.

¹ Bióloga e coordenadora técnica do projeto desde 2012.

² Zootecnista e doutora em Ecologia e Conservação da Natureza, é uma das fundadoras da FNB e desde 2010 está como Superintendente Executiva.

³ Bióloga e mestre em Ecologia e Conservação da Natureza, atuou como coordenadora técnica da FNB entre 2010 e 2013.

⁴ Bióloga e educadora ambiental da FNB, de 2011 a 2014

⁵ Jornalista do projeto entre 2013 e 2014.

Vale lembrar que o Brasil possui uma ampla legislação que cria diferentes órgãos colegiados (Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação, entre outros), que permitem a participação dos atores sociais nas políticas públicas. Porém, infelizmente, em muitos momentos esses espaços tornaram-se palco para a simples legitimação de políticas desfavoráveis à questão ambiental e às populações locais. Isso acontece, em grande parte, pela falta de preparo desses atores sociais para atuarem nesses fóruns de discussão de forma responsável.

Diante dessa realidade, o Projeto ParaTudo: Rede de Ecomunicadores do Pantanal – Serra da Bodoquena contribui para reverter esse quadro na região do Pantanal, capacitando atores locais para se comunicarem melhor, atuarem nos órgãos colegiados, investigarem sua realidade e se organizarem para promover as mudanças locais e regionais que desejam.

São oferecidas capacitações e oficinas para as comunidades dos municípios Bodoquena, Bonito, Corumbá, Miranda e Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul. Dessa forma, foi criada uma “Rede de Ecomunicadores” que une municípios da região do Pantanal e da Serra da Bodoquena.

No início do projeto, a equipe visitou as comunidades rurais e urbanas dos municípios abrangidos para identificar atores-chave locais, divulgou o projeto e mobilizou o público-alvo. Com base nesse mapeamento inicial e na definição das comunidades beneficiadas pelo projeto, em parceria com a equipe do site O Eco, foram planejadas e iniciadas as oficinas de capacitação com linguagem adaptada à realidade local. O projeto iniciou com 20 pessoas por localidade, totalizando 100 ecomunicadores.

As oficinas de capacitação são voltadas para a comunicação e investigação da realidade socioambiental local, abordando temas do jornalismo comunitário e da educomunicação, como teoria da comunicação, jornalismo ambiental, mídias digitais, rádio, vídeo e fotografia, além de temas ligados à conservação, à política ambiental, participação em órgãos colegiados, conflitos socioambientais locais e elaboração de projetos de intervenção na realidade local, dentre outros.

Cada município representa um “Núcleo de Comunicação” e as produções resultantes das capacitações são publicadas no site do projeto (www.paratudo.org.br) e vinculadas ao site de jornalismo ambiental O Eco (www.oeco.org.br/paratudo), além das redes sociais da Fundação Neotrópica do Brasil.

Além das oficinas de formação, a equipe executora visita os municípios para apoiar e estimular os ecomunicadores e realiza constante acompanhamento virtual. Contudo, a intenção é identificar lideranças locais que tenham perfil para a comunicação e afinidade com as tecnologias digitais para que possam se apropriar e assumir todo o processo de criação de notícias, divulgação em mídias diversas e articulação comunitária, dando continuidade às ações da Rede após o término do financiamento do projeto.

As notícias locais produzidas pelos núcleos passaram a ter visibilidade nacional e a informar toda a sociedade, atraindo atenção para os problemas ambientais da região. Dessa forma, é esperado um aumento do controle social sobre os processos de tomada de decisão em relação à gestão da região do Pantanal Sul e seu entorno. Acredita-se que o estímulo à participação responsável das lideranças locais nos espaços de gestão participativa auxilia no combate às ameaças ambientais e sociais existentes.



Integrantes do ParaTudo: Rede de ecomunicadores do Pantanal – Serra da Bodoquena, na oficina de imersão, em Bonito-MS. Foto: Arquivo FNB.

ARCABOUÇO LEGAL DE RECURSOS HÍDRICOS E ESPAÇOS DE DISCUSSÃO E DECISÃO

Arcabouço legal de recursos hídricos e espaços de discussão e decisão para o cuidado com água

Por Synara Olendzki Broch¹

Arcabouço legal de recursos hídricos e espaços de discussão e decisão para o cuidado com água

A água é um recurso natural vital e indispensável à manutenção dos ambientes naturais. Sua composição química (H₂O) é tão simples que disfarça sua importância para o desenvolvimento das sociedades e para a preservação de todas as formas de vida existentes no planeta. Sem água, elemento que compõe 70% do corpo humano, a vida não seria possível.

No entanto, esse recurso, que a humanidade supunha infinito, vem a cada dia dando sinais de esgotamento, visto o aumento do seu consumo para diferentes finalidades e a poluição continuada dos corpos d'água, situações que levam ao desconforto entre a disponibilidade e a demanda hídrica.

Muitos são os motivos do aumento crescente do uso das águas dos mananciais: o crescimento populacional e das cidades, o desenvolvimento industrial, as construções de hidrelétricas para o atendimento das demandas por energia elétrica e a expansão da agricultura irrigada para produção de alimentos, dentre outras atividades que demandam o uso desse recurso.

¹ Engenheira civil, doutora em Desenvolvimento Sustentável, professora adjunta da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, synara_broch@hotmail.com.

Quando a demanda pelo uso da água é maior do que a sua disponibilidade, seja em termos quantitativos e/ou qualitativos, os conflitos pelo uso da água entre os diferentes usuários tendem a acontecer.

Todos os setores da economia que utilizam a água para gerar produtos ou serviços lucrativos, tais como os da indústria, do turismo e lazer, da agropecuária, do transporte hidroviário, da geração de energia hidrelétrica, aquicultores, piscicultores, mineradores, companhias de saneamento e todos que dependem das águas dos rios, córregos, lagos, poços artesianos e freáticos, seja por captação de águas, extração ou despejo de esgotos, direta ou indiretamente são considerados usuários da água.

Os conflitos pelo uso da água, existentes ou potenciais, remetem à necessária gestão dos recursos hídricos para a proteção dos mananciais e à busca por alternativas que possibilitem os usos múltiplos das águas, sem perder de vista a complexidade dos processos que acontecem na natureza e na sociedade. O gerenciamento de recursos hídricos consiste na aplicação de um conjunto de técnicas, normas operacionais, administrativas e legais de planejamento ao uso dos recursos hídricos de uma região que, obrigatoriamente, tem a bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão.

Bacia hidrográfica é uma área que é drenada por um rio principal e seus afluentes. Veja a figura 1, que demonstra um desenho esquemático de uma bacia hidrográfica.

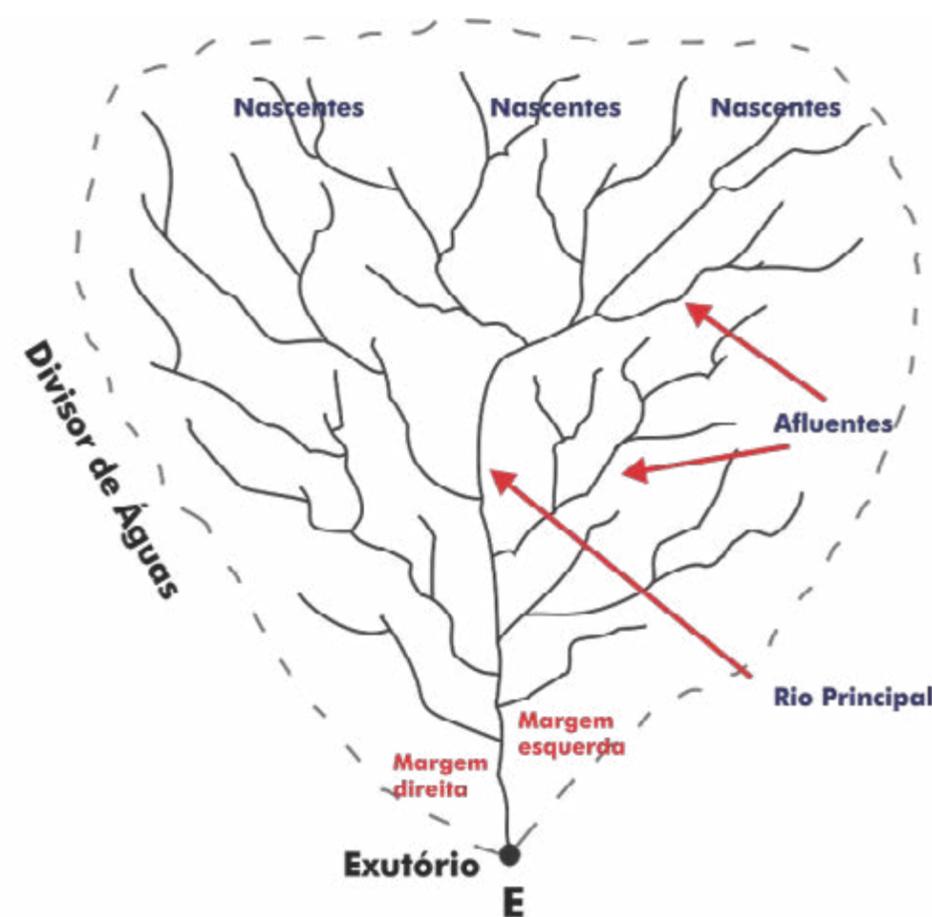


Figura 1: desenho esquemático de uma bacia hidrográfica.

Arcabouço legal de recursos hídricos

No Brasil, as leis que embasam o arcabouço legal da gestão dos recursos hídricos são a Constituição Federal, o Código de Águas e a Lei Federal nº 9.433/1997.

O Código de Águas, estabelecido pelo Decreto Federal nº 24.643, de 10/7/1934, ainda que avançado para a época em que foi editado, foi regulamentado em função das prioridades das estratégias governamentais da década de 1930 de promover a infraestrutura necessária para a expansão do parque industrial brasileiro.

A Constituição Federal (CF) de 1988, que determina a competência da

União para instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e para compatibilizar o processo de gestão das águas no país, bem como definir critérios de outorga e direito de uso dos recursos hídricos (inciso XIX, artigo 21), modificou em vários aspectos o texto do Código de Águas, vigente até hoje, ainda que com algumas alterações.

Uma das mudanças foi em relação à extinção do domínio privado da água, previsto em alguns casos no documento. Desde então, no Brasil todas as águas são de domínio público, da seguinte forma:

- (i) São do domínio da União² os rios ou lagos que banhem mais de uma unidade federada, ou que sirvam de fronteira entre essas unidades, ou de fronteira, entre o território do Brasil e o de um país vizinho, ou que dele provenham, ou para ele se estendam; e
- (ii) São do domínio dos estados³ as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, as decorrentes de obras da União.

A Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, ao regulamentar o art. 21, parágrafo XIX, da Constituição Federal, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o SINGREH, tendo por objetivo assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos e às diretrizes de integração da sua administração à

² Art. 20. São bens da União:

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo (CF, 1998).

³ Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União (CF, 1998).

gestão ambiental, além de sua articulação com o uso do solo.

O SINGREH é o conjunto de organismos, agências e instalações governamentais e privadas estabelecidos com o objetivo de executar a PNRH.

Integram o SINGREH o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), os conselhos de recursos hídricos dos estados e do Distrito Federal, os comitês de bacias hidrográficas, as agências de água, a Agência Nacional de Águas (ANA) e os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos. A figura 2 ilustra, esquematicamente, o SINGREH e suas instâncias de atuação.

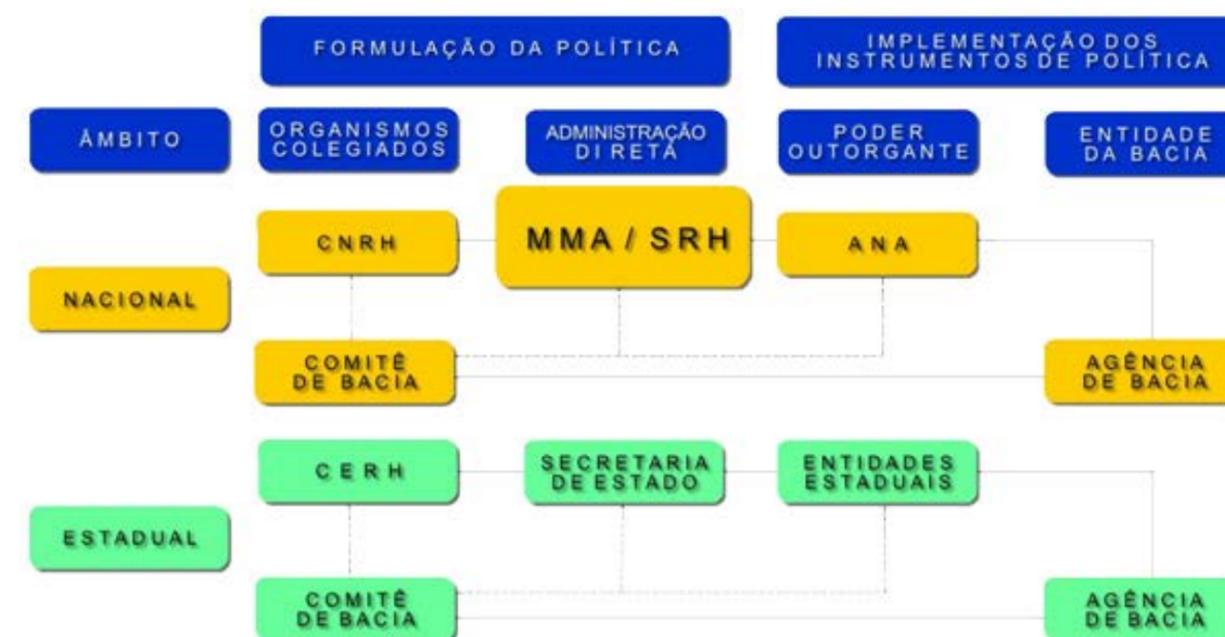


Figura 2: SINGREH e suas instâncias de atuação (Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, 2003).

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é o órgão deliberativo e normativo mais elevado na hierarquia do SINGREH em termos administrativos, ao qual cabe decidir sobre as grandes questões do setor, além de dirimir as contendas de maior vulto.

O CNRH possui 10 câmaras técnicas⁴ temáticas para tratar de assuntos pertinentes às suas atribuições, com o objetivo de subsidiar as decisões dos conselheiros em plenário.

O **Comitê de Bacia Hidrográfica** é um ente de Estado, colegiado, com função política e administrativa, responsável pela gestão das águas no âmbito de uma bacia hidrográfica. É um fórum de negociação fundamental nos conflitos da água, constituído por representantes do poder público, usuários e sociedade civil e tem caráter consultivo e deliberativo. Destinado a atuar como “parlamento das águas da bacia”, o comitê é o fórum de decisão local no âmbito de cada bacia (MENDONÇA et al., 2006).

As **Agências de Água** têm como área de atuação uma ou mais bacias hidrográficas. Quando instituídas, exercem a função de secretarias executivas de seus correspondentes comitês de bacia hidrográfica, servindo como “braço técnico” dos mesmos. As competências primordiais dessas agências são relativas ao planejamento dos recursos hídricos da bacia e à gerência dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

As **Organizações Civas de Recursos Hídricos** são definidas e reconhecidas na Lei nº 9.433/1997, devendo estar legalmente constituídas para integrarem o Sistema Nacional de Recursos Hídricos - SINGREH, tais como: os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; as organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade; e as

⁴ Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos: CTIL – de Assuntos Legais e Institucionais; CTPNRH – do Plano Nacional de Recursos Hídricos; CTAS – das Águas Subterrâneas; CTAP – de Análise de Projetos; CTGRHT – de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços; CTPOAR – de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Regulamentadoras; CTCT – de Ciência e tecnologia; CTCOB – de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; CTEM – de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos hídricos; CTCOST – de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras (<http://www.cnrh-srh.gov.br>).

organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

A **Agência Nacional de Águas** é uma instituição criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e instalada em 19 de dezembro do mesmo ano, segundo o Decreto nº 3.692, como entidade federal responsável pela execução da PNRH. A Resolução ANA nº 082/2002, ainda regulamenta as ações de fiscalização da ANA, que detém a tarefa de fiscalizar os usos de recursos hídricos de domínio da União.

As atribuições dessa fiscalização não são delegáveis aos estados e nem ao Distrito Federal, devido à ausência de previsão legal para essa finalidade.

Entretanto, sempre que possível, as ações fiscalizadoras se darão em parceria com os órgãos estaduais, podendo haver convênios específicos para realização de “denúncias qualificadas” e campanhas conjuntas.

A Lei Federal das Águas nº 9.433/1997, define as infrações e penalidades relacionadas ao uso dos recursos hídricos, porém, devido ao seu caráter preventivo, educativo e participativo, suas sanções não contemplam privação de liberdade, apenas multas e embargos.

Contudo, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998), que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é pautada em normas do direito processual penal, inclusive de caráter repressivo, com restrição de liberdade dos autores/réus.

Espaços de discussão e decisão para o cuidado com a água

Há diferentes espaços reconhecidos para a participação da sociedade no estabelecimento de políticas públicas que conduzem à gestão e ao uso sustentável das águas, institucionalizados no SINGREH ou em outras instâncias de participação social.

Os espaços de participação da sociedade para a gestão dos recursos hídricos previstos no SINGREH, tanto em nível federal como estadual, estão no âmbito dos Conselhos de Recursos Hídricos, dos Planos de Recursos Hídricos, dos Comitês de Bacia Hidrográfica e dos Planos de Bacia Hidrográfica.

Além da possibilidade de atuação no SINGREH, todo cidadão e cidadã têm seu espaço de participação junto aos diferentes movimentos sociais, sejam institucionalizados por ONG ou não, como é caso das redes que agregam vontades individuais e coletivas, os fóruns sociais, os movimentos das instituições religiosas, as audiências públicas dos processos de licenciamento ambiental, como também os espaços institucionalizados nos conselhos gestores de políticas de descentralização (por exemplo: os conselhos de meio ambiente e os conselhos de recursos hídricos), nos comitês de bacia, nas associações de usuários de água, nos consórcios intermunicipais de bacia hidrográfica, nos instrumentos de conservação dos recursos naturais (Planos Diretores e Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, Planos de Recursos Hídricos, Planos de Bacia), nos Planos Diretores Municipais, na Agenda 21.

A Lei Federal nº 9.433/1997 garante a participação da sociedade civil organizada nos seguintes termos: a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e incluir a participação do governo, dos usuários e das comunidades (art. 1º, inciso VI); as organizações civis são representadas na composição do CNRH (art. 34); a participação de organizações civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia nos Comitês de Bacia (art. 39); os representantes de comunidades indígenas nos Comitês de Bacia (art. 39, § 3º); e as instituições legalmente constituídas que fazem parte do SINGREH, anteriormente citadas (arts. 48 e 49).

A participação da sociedade no gerenciamento hídrico é garantida, ainda, com pelo menos 20% das vagas dos membros do Comitê de Bacia destinadas para a participação de entidades civis de recursos hídricos (Resolução do CNRH n.

05/2000). Além disso, os Planos de Bacia são construídos com a participação da sociedade, divulgados e apresentados por consultas públicas (Resolução do CNRH nº 17/2001).

O que se considera uma organização civil de recursos hídricos?

Para efeito da PNRH, as organizações civis de recursos hídricos devem ser constituídas legalmente (Lei nº 9.433/1997, art. 48), sendo diferenciadas da seguinte forma (art. 47):

- I – os consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas;
- II – as associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;
- III – as organizações técnicas de ensino e pesquisa de recursos hídricos;
- IV – as ONGs de defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos da sociedade;
- V – outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Nesse contexto, mesmo com todos os espaços que garantem a participação da sociedade na gestão das águas, o desafio imposto está em prover as habilidades e capacidades de mobilização (de pessoas e recursos financeiros) para que sejam



VÍDEO: Assista aos vídeos indicados pela autora, no GDA, para aprofundar suas informações sobre recursos hídricos.

LEITURA: Visite os links indicados no GDA e confira algumas experiências exitosas de intervenção junto às comunidades tendo como tema gerador a água.

FÓRUM: Confira no GDA todos os exercícios de reflexões propostos para os fóruns da disciplina. O GDA e outras informações estão disponíveis no DVD que acompanha esta obra.

representadas em igualdade de condições, em termos qualitativos e quantitativos, em relação aos demais envolvidos (usuários e poder público) no processo participativo de tomada de decisão da gestão hídrica no país.

A Década Brasileira da Água, iniciada em 22 de março de 2005, é dedicada a priorizar políticas e ações orientadas para mobilizar sociedade e governo que enfatizem a importância da participação social e da responsabilidade comum na proteção e no uso sustentável da água. A proposta considera os objetivos de desenvolvimento já acordados por tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, e a importância de ampliar e fortalecer o processo de mobilização da sociedade para a gestão desse recurso, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento do SINGREH (http://www.cnrh-srh.gov.br/legisla/br_decreto_decada_agua.PDF).

Um enfoque participativo de gerenciamento das águas conduz à elaboração de propostas mais ajustadas à realidade, à mudança de comportamentos e atitudes, nos quais os indivíduos passam a ser sujeitos ativos do processo decisório.

A busca por um equilíbrio entre a utilização das águas e os interesses dos envolvidos, bem como o limite a ser respeitado para sua preservação e conservação das águas, faz parte do processo de gestão hídrica que, além de direcionar à redução das consequências negativas da degradação das águas, conduz ao consenso de interesses e à minimização dos conflitos hídricos.

Ressalta-se o necessário envolvimento das mulheres nos processos participativos de gestão dos recursos hídricos.

Apesar da importância do papel central que as mulheres desempenham na provisão, gestão e salvaguarda da água, muitas vezes ainda se encontram às margens dos interesses e da participação do processo de tomada de decisão para a gestão hídrica. De toda forma, a gestão dos recursos hídricos depende de todos nós: sociedade, usuários e poder público, tendo como pressuposto a abordagem participativa, pois permite que todos os atores envolvidos com sua utilização sejam

incluídos no processo de tomada de decisões.

Instrumentos da gestão

Os instrumentos que o estado do Mato Grosso do Sul possui para gerenciar a disponibilidade de água são:

- Plano de Recursos Hídricos: é o plano diretor de uma bacia hidrográfica;
- Enquadramento dos corpos d'água em classes: é a meta de qualidade;
- A outorga do uso da água: é uma concessão de uso da água;
- Cobrança pelo uso da água: uma das formas para proteger a água é cobrar um valor pelo seu uso para evitar o seu desperdício. Esse valor, pago por outorgados ao uso da água, tem por finalidade investir em obras de melhoria e preservação das bacias hidrográficas, para que todos tenham água de boa qualidade e na quantidade de que necessitamos. Quem decide a aplicação desses recursos financeiros é o Comitê;
- Sistema de Informações dos Recursos Hídricos: objetiva organizar todas as informações sobre as águas do Mato Grosso do Sul, sendo reunidas e colocadas à disposição da sociedade, servindo principalmente para orientar os Planos de Recursos Hídricos.
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos: tem como objetivo fornecer suporte financeiro à execução da Política Estadual de Recursos Hídricos e ações correspondentes. As fontes principais desses recursos são: cobrança pelo uso, infrações à legislação, empréstimos, compensação da exploração hidroenergética.



ARCABOUÇO LEGAL DE RECURSOS HÍDRICOS E ESPAÇOS DE DISCUSSÃO E DECISÃO

Estado da Arte dos Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul¹

Por Leonardo Sampaio Costa²

Mato Grosso do Sul é um dos estados mais ricos em água, detentor de uma das maiores reservas de água doce superficial e também de reserva subterrânea. Esse status é um privilégio que eleva a responsabilidade do estado na proteção dos mananciais, na garantia das funções ecológicas, econômicas e sociais dos recursos hídricos, mediante a aplicação de um modelo sustentável de desenvolvimento de seus usos múltiplos.

O estado instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIEGRH), por meio da Lei nº 2.406 (29/01/2002), seguindo os mesmos princípios e diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei nº 9.433 (08/01/1997).

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos é o órgão de instância superior desse sistema, regulamentado pelo Decreto nº 11.621 (01/06/2004) e reorganizado pelo Decreto nº 12.366 (05/06/2007), de caráter normativo, deliberativo e consultivo, com a participação de 33% de membros do poder público, 33% de representantes das organizações civis dos recursos hídricos e 34% de representantes dos usuários.

Na estrutura administrativa estadual, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMACE) competem, especificamente em relação aos recursos hídricos, a coordenação, a supervisão e o controle das ações, visando à compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico, bem como a formulação e execução da política e de diretrizes governamentais. Entre as unidades em que está estruturada a SEMACE, é o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) que se relaciona mais diretamente à gestão dos

¹ Elaborado a partir do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/MS).

² Gestor da Gerência de Recursos Hídricos do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul).
lcosta@imasul.ms.gov.br e www.imasul.ms.gov.br (67) 3318-5600

recursos hídricos, na qual se encontra a Diretoria de Licenciamento, atendendo às gerências de Licenciamento Ambiental, Recursos Florestais e Recursos Hídricos.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas (CBHs) são órgãos deliberativos e normativos no âmbito das bacias hidrográficas, tendo sido assegurada neles a participação paritária de representantes da sociedade civil e dos usuários.

Em Mato Grosso do Sul, o comitê do rio Miranda (CBH-Miranda) foi o primeiro, aprovado pela Resolução CERH nº 002/2005 (23/11/2005), seguido pelo da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema (CBH-Ivinhema), aprovado pela Resolução CERH nº 013/2010 (15/12/2010).

Registra-se também um Comitê Federal, o da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH-Paranaíba), criado por meio de decreto do presidente da República, em 2002, e integrado, além de Mato Grosso do Sul, também pelos estados de Goiás e Minas Gerais e pelo Distrito Federal.

Para a gestão transfronteiriça, em 2006 foi assinado o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa – Acordo do Apa, ratificado no Paraguai por meio da Lei Nacional nº 3.465 (21/04/2008) e no Brasil com os decretos nº 601 (24/09/2009), do Congresso, e nº 7.170 (06/05/2010), do Executivo (GARCIA et al., 2012).

O Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (PERH-MS) foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CERH-MS nº 011 (05/11/2009), o qual orienta o planejamento e a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, projetando para 2025 o cenário desejável, com alto desenvolvimento social e humano, além de uma economia dinâmica e diversificada. O Brasil está dividido em 12 regiões hidrográficas, definidas conforme a Resolução do CNRH nº 32/2003, das quais Mato Grosso do Sul compartilha duas.

A Região Hidrográfica do Paraná (leste) ocupa a área total de 169.488.663 km², o que representa aproximadamente 47,46% da área do estado, destacando-se os rios Aporé, Sucuriú, Verde, Pardo, Ivinhema, Amambai e Iguatemi, à margem direita do rio Paraná. A Região Hidrográfica do Paraguai (oeste) possui 187.636.301 km², 52,54% da área do MS. Destacam-se os rios Taquari, Miranda, Negro e Apa, à margem esquerda do rio Paraguai.

Com o Plano Estadual de Recursos Hídricos, foram definidas 15 Unidades de Planejamento e Gerenciamento (UPGs), as quais passaram a corresponder respectivamente a cada uma das sub-bacias hidrográficas que vêm sendo adotadas pelo Mato Grosso do Sul, cujos nomes guardam correspondência com a toponímia de seu rio principal e apresentam um número de código, representado pelo algarismo romano I e II, conforme situadas, respectivamente, na região hidrográfica do Paraná ou do Paraguai, seguido de algarismo arábico, de 1 a 9 ou de 1 a 6, segundo as regiões correspondentes, conforme figura 1.

As unidades hidrogeológicas ou sistemas aquíferos do MS são identificados por dois grandes grupos de rochas: as sedimentares, definindo os aquíferos porosos, e as ígneas-metamórficas, que constituem os aquíferos fraturados ou de fissuras. Os primeiros ocorrem nas bacias sedimentares do Paraná e do Pantanal, os segundos no embasamento cristalino e em uma formação da Bacia do Paraná. Consideram-se oito unidades aquíferas para o estado (figura 2), que apresentam as áreas de afloramento dos sistemas aquíferos nas UPGs.



Rio Taquari. Foto: IMASUL

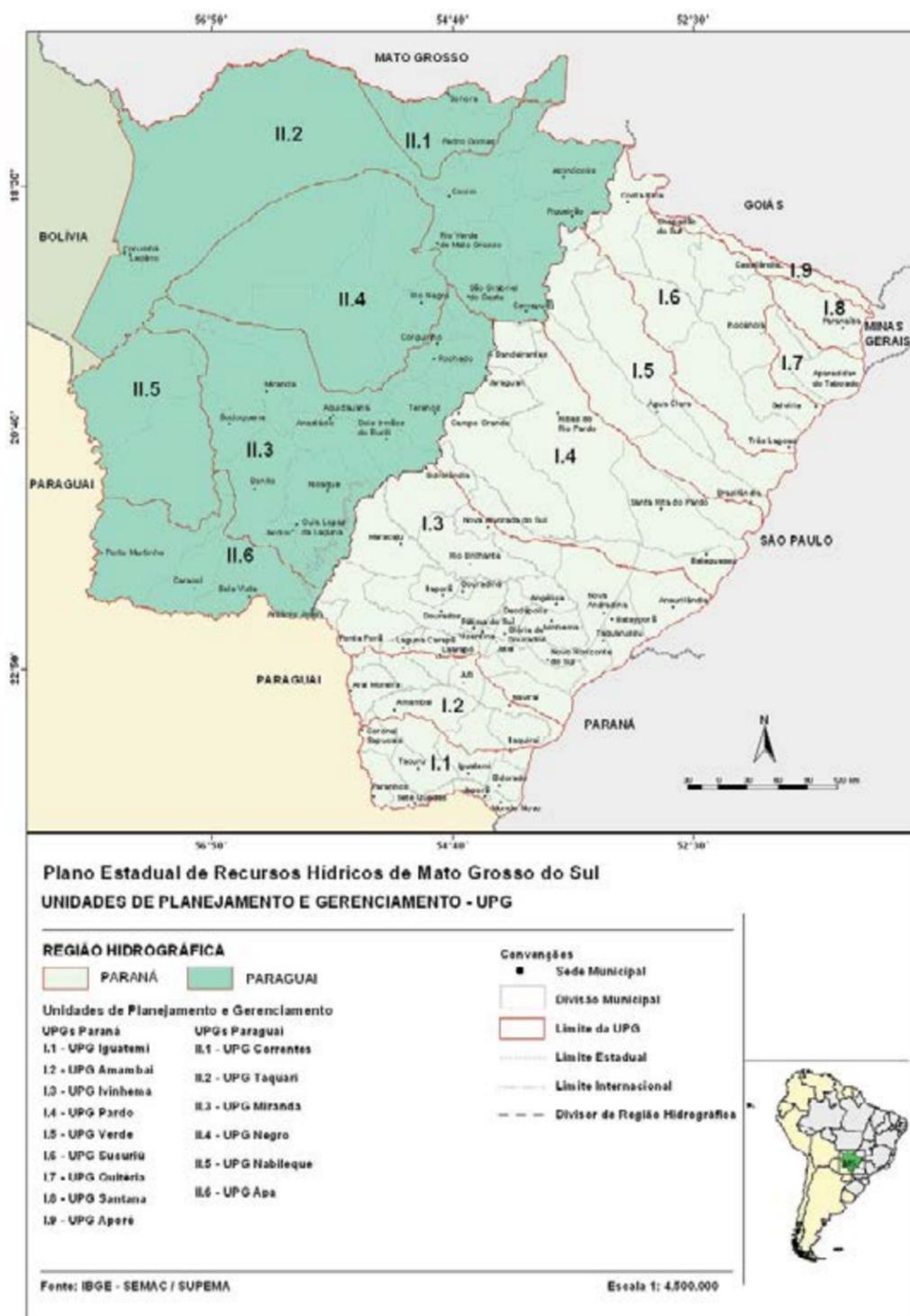


Figura 1: sub-bacias hidrográficas do Mato grosso do Sul.

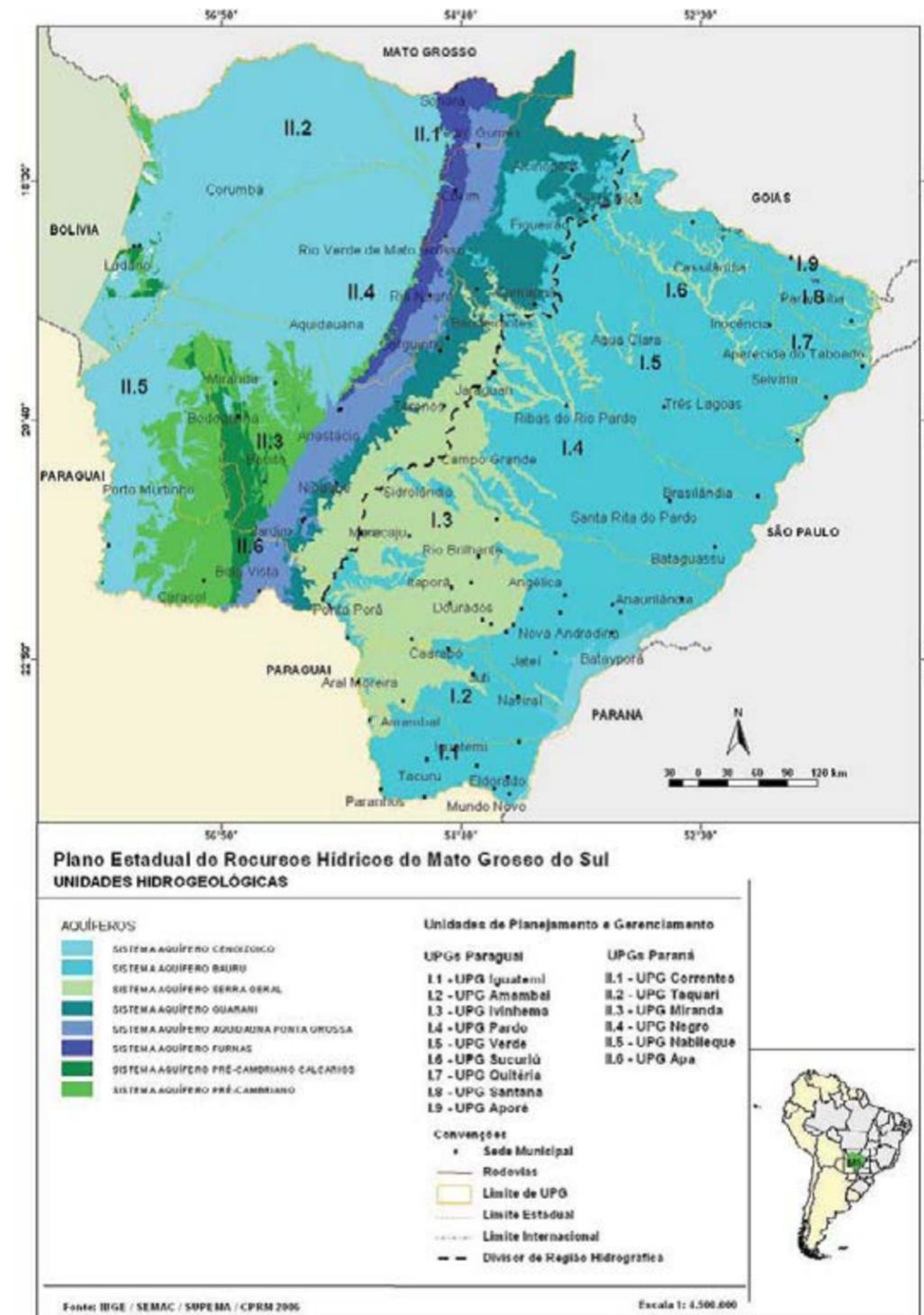


Figura 2: unidades hidrogeológicas no MS.

Perguntas e respostas

1. O Estado de Mato Grosso do Sul tem Política de Recursos Hídricos?

Sim. A Política Estadual de Recursos Hídricos foi instituída pela Lei nº 2.406, de 29 de janeiro de 2002.

2. O Mato Grosso do Sul faz gestão em todos os rios do estado?

Não. Depende da sua dominialidade.

3. O que é dominialidade?

O domínio sobre a água significa que o poder público é apenas administrador e regulador desse bem de uso coletivo, e não o proprietário. O domínio dos recursos hídricos pela União e pelos estados significa a responsabilidade pela preservação, guarda e gerenciamento do bem, objetivando a sua perenidade e uso múltiplo, bem como o poder de editar as regras aplicáveis, sempre com a participação dos usuários e da comunidade.

- **Rios de domínio da União:** são aqueles que percorrem mais de um estado da Federação ou fazem divisa entre dois ou mais estados e/ou países;

- **Rios de domínio dos estados:** são os que nascem e percorrem o território de apenas um estado. As águas subterrâneas são também de domínio estadual.

4. Quais são as finalidades da Política de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul?

- Assegurar disponibilidade de água para os atuais usuários e gerações futuras, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos;

- Promover a compatibilização entre os múltiplos e competitivos usos dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

- Promover a prevenção e defesa contra os eventos hidrológicos críticos;

- Incentivar a preservação, conservação e melhoria quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos.

5. Quais são os princípios que norteiam a Política Estadual de Recursos Hídricos?

- A água é um recurso natural limitado, bem de domínio público e dotado de valor econômico;

- Todos os tipos de usuários terão acesso aos recursos hídricos;

- A bacia hidrográfica é a unidade físico-territorial de implementação da Política Estadual dos Recursos Hídricos e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos;

- A gestão dos recursos hídricos do Estado será descentralizada e deverá contar com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade.

6. Existe algum uso que seja prioritário?

Conforme a Política, o consumo humano e a dessedentação de animais são usos prioritários.

7. Como a política de recursos hídricos é implementada?

Através de seus instrumentos.

8. Quais são os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos?

- O Plano Estadual dos Recursos Hídricos;
- O enquadramento dos corpos d'água em classes, segundo os usos preponderantes da água;
- A outorga de direito de uso dos recursos hídricos;
- A cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- O Sistema Estadual de Informações dos Recursos Hídricos.

9. Mato Grosso do Sul já tem seu Plano Estadual de Recursos Hídricos?

Sim. O Plano Estadual de Recursos Hídricos foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 2009 e pode ser baixado no site do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul): www.imasul.ms.gov.br.

10. Quais os objetivos do PERH?

- Fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual dos Recursos Hídricos;
- Diagnosticar a situação atual dos recursos hídricos;
- Mostrar o balanço entre disponibilidade e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;
- Priorizar as medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados.

11. Quem aprovou o PERH e quando será sua revisão (atualização)?

Quem aprova o Plano é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que estipulou que a sua revisão seria a cada cinco anos.

12. Para que serve o Instrumento de Enquadramento?

São objetivos do enquadramento dos corpos de água em classes:

- Assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas;
- Diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes;
- Fornecer elementos para a fixação do valor da outorga e cobrança pelo uso das águas.

13. O MS tem corpos de água enquadrados?

Sim. A Deliberação CECA n. 003, de 20 de junho de 1997, já tinha enquadrado os corpos de água da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai em Mato Grosso do Sul e do córrego Imbiruçu, pertencente à Bacia Hidrográfica do rio Paraná. Ela foi atualizada pela Deliberação CECA/MS n. 36, de 27 de junho de 2012, que se encontra disponível no site do Imasul.

Em 2012, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos enquadrou o rio Anhanduí e seus efluentes pela Resolução CERH/MS n. 18, de 20 de dezembro de 2012, também disponível no site do Imasul.

14. Quais são os objetivos da Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos?

Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos das águas e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

15. Quem deve solicitar a outorga?

- Todos os usuários que derivam ou captam água;

- Todas as pessoas que fazem extração de água de aquífero subterrâneo;

- Quem utiliza água para lançar esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;

- Quem faz aproveitamento de potenciais hidrelétricos ou outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

16. Existe exceção à outorga?

O uso para atender às necessidades de pequenos núcleos populacionais em áreas rurais e os usos considerados insignificantes.

17. Quem define o que são usos insignificantes?

Os Comitês de Bacias Hidrográficas e, na falta deles, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

18. Os usos considerados insignificantes precisam cumprir algum tipo de legislação?

Sim. Eles terão que ser cadastrados no Imasul.

19. Quem precisa e onde se cadastrar no Cadastro Estadual de Usuário de Recursos Hídricos?

Todas as pessoas que usam água precisam se cadastrar; mesmos os considerados insignificantes. O cadastro é obrigatório, totalmente digital e está disponível no site do Imasul.

20. De quem é a competência de outorgar o uso de recursos hídricos?

O Imasul é o órgão executor da Política Estadual de Recursos Hídricos

e tem a competência de outorgar o direito de uso dos recursos hídricos.

21. Quais são os objetivos do instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos?

- Reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;

- Incentivar a racionalização do uso da água;

- Incentivar a melhoria dos níveis de qualidade dos efluentes lançados nos mananciais;

- Obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos dos recursos hídricos;

- Promover a melhoria do gerenciamento das áreas onde foram arrecadados.

22. O que vem a ser o Sistema de Informações dos Recursos Hídricos?

É um sistema permanente de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos estaduais.

23. Qual o princípio básico para funcionamento do Sistema de Informações dos Recursos Hídricos?

A descentralização da obtenção e produção de dados e informações, sendo acessível a todos os interessados em planejamento, gestão ou uso dos recursos hídricos.

24. Quais órgãos fazem parte do Sistema de Gerenciamento Estadual de Recursos Hídricos?

- O Conselho Estadual dos Recursos Hídricos (CERH/MS);

- Os Comitês das Bacias Hidrográficas;

- A SEMAC (órgão gestor) e o IMASUL (órgão executor);
- As Agências de Águas

25. O que são os Comitês de Bacias Hidrográficas?

São fóruns em que um grupo de pessoas se reúne para discutir sobre um interesse comum – o uso d'água na bacia.

26. Qual o poder de decisão dos comitês?

A principal decisão a ser tomada pelo comitê é a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

Esse instrumento constitui-se no plano diretor para os usos da água. No plano devem ser definidas metas de racionalização de uso para aumento de quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis, bem como os programas e os projetos destinados ao atendimento dessas metas.

São definidas também as prioridades para outorga de direito de uso da água, estabelecidas as condições de operação dos reservatórios, além de orientações e regras a serem implementadas pelo órgão gestor de recursos hídricos na concessão das outorgas.

27. Qual a composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas?

De acordo com o que dispõe a Lei das Águas, a composição do comitê deve contar com a participação do poder público, dos usuários e da sociedade civil.

28. Quem cria os comitês?

A atribuição é do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

29. O que é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MS?

É o órgão de instância superior do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no estado.

O CERH-MS tem a participação de 33% de membros do poder público, 33% de representantes das organizações civis dos recursos hídricos e 34% de representantes dos usuários dos recursos hídricos.

30. O que são as Agências de Águas?

São órgãos que exercerão a função de secretaria-executiva dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

31. Onde posso tirar dúvidas sobre a Gestão de Recursos Hídricos no estado?

Ligando para o Imasul: (67) 3318-5600, ou acessando www.imasul.ms.gov.br

REFERÊNCIAS

PERH/MS, *Plano estadual de recursos hídricos de Mato Grosso do Sul*. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Editora UEMS, 2010. 194p. ISBN: 978-85-99880-24-1.

GARCIA, A. S., MASSON, D. S., LIRA, E. S. *Diagnóstico sobre gênero para a gestão integrada da Bacia do Apa (GIAPA)*. Relatório técnico. Prefeitura Municipal de Ponta Porã-MS, 2012.

ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO

Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação

Por Áurea da Silva Garcia¹

Icléia Albuquerque de Vargas²

Angela Maria Zanon³

Suzete Rosana de Castro Wiziack⁴

Educação Ambiental, Políticas Públicas e Participação

Hoje frequentemente aparecem nos meios de comunicação alguns temas ambientais emergentes muito discutidos, como recursos hídricos, educação ambiental, questões socioambientais, de gênero, resíduos sólidos, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, conflitos sociais, direitos humanos, dentre outros que há poucas décadas sequer eram cogitados junto à população, permanecendo no âmbito de discussões de alguns grupos de cientistas, ambientalistas e simpatizantes da causa ambiental.

É fato que esses temas ganharam maior destaque na mídia a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), no Rio de Janeiro. Nela, discussões variadas fortaleceram vários debates em torno de questões sociais, como as de gênero, dos direitos humanos, do acesso, conservação, proteção e gerenciamento dos recursos naturais, do desenvolvimento e consumo sustentável, da garantia da qualidade de vida para as

¹ Turismóloga, mestre em Ensino de Ciências/Educação Ambiental, diretora-Presidente da ONG Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), aureasgarcia@gmail.com.

² Geógrafa, doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, professora do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, icleiavargas@yahoo.com.br

³ Bióloga, doutora em Genética, professora do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, zanon.ufms@gmail.com

⁴ Bióloga, doutora em Educação, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, suzetew@gmail.com

⁵ Todas as autoras são membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão Ambiental GEPEA-MS. Disponível em <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5884929263295796>

populações. Essas discussões fizeram consolidar assinaturas em vários documentos e protocolos: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21; Convenção da Biodiversidade; Convenção sobre Mudança do Clima; criação do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF); Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, entre outros.

Também durante a Rio-92, em eventos paralelos organizados pela sociedade civil, foram assinados o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e a Carta da Terra, importantes documentos que registraram os anseios da sociedade não contemplados nos demais documentos.

Esse tratado define princípios e aponta para um plano de ação dos educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de Educação Ambiental (EA) e a sustentabilidade. Enfatizam-se os processos participativos na promoção do meio ambiente, voltados para a sua recuperação, conservação e melhoria, bem como para a melhoria da qualidade de vida (JACOBI, 2003).

É importante destacar que no cenário acadêmico brasileiro esses debates também são impulsionados pelos documentos, protocolos e tratados, o que favoreceu uma produção própria, permitindo a contextualização das problemáticas ambientais, evidenciando as realidades locais.

Outra questão a se destacar é que a EA emerge como um tema cuja gênese se encontra nos movimentos sociais, tanto nacionais quanto internacionais, com a participação da sociedade preocupada com a manutenção e a qualidade da vida no planeta, a partir de diferentes interesses voltados aos problemas de saneamento ambiental, conservação dos recursos naturais, direitos humanos, raça, gênero e minorias em geral.

A participação social é uma aspiração de longa data; ganha força com os diversos movimentos sociais deflagrados na segunda metade do século XX, sendo fortalecida nas agendas nacionais e internacionais. No Brasil a participação popular foi garantida pela Constituição Federal de 1988, com os princípios da democracia, participação e descentralização (REIGOTA, 2001).

Nesse processo de construção, o foco da EA por muitas vezes esteve centrado somente na conservação dos recursos naturais, nem sempre considerando as relações humanas. Nessa concepção, comumente as responsabilidades pelas ações dos cidadãos recaem sobre os sistemas educacionais e os órgãos de governo. Assim, vários autores buscam esclarecer e desmistificar esse entendimento, como Jacobi (2003, p. 199) destaca: “questão ambiental é um problema híbrido, associado a diversas dimensões humanas”. Da mesma forma, Layrargues (2006, p. XVII) considera a necessidade de “incorporação da dimensão ambiental não apenas na educação, mas em todo o tecido social, em todas as manifestações simbólicas e materiais do ser humano”.

A preocupação também é de Loureiro (2006, p. 32), quando aponta que as relações e articulações entre as diferentes dimensões (movimentos sociais e ambientalismo) “não podem ser tratadas separadamente: a do projeto de sociedade com a da atuação democratizante e a da valorização da participação do indivíduo na definição das políticas públicas, tendo em mente o fortalecimento da cidadania”. Por sua vez, para Carvalho (2006, p. 60), “as práticas educativas, assim como as lutas socioambientais, podem ser compreendidas como parte desse conjunto de valores e ações constitutivas do campo, representando uma das possibilidades de agenciamento de uma sensibilidade de valorização da natureza, nos aspectos estético e vital”.

Para Sorrentino et al., (2005, p. 288-289), “a educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza”.

O que os autores procuram apontar é que a reflexão e a ação da EA, conforme tais princípios e concepções, supõem a impossibilidade da dissociação



SAIBA MAIS: Estão disponíveis materiais de apoio, no DVD que acompanha esta publicação, que ajudarão a ampliar o repertório sobre as temáticas abordadas: Gênero, Água e Educação Ambiental, políticas públicas e participação.

entre a questão social e a ambiental. Com esse pressuposto, Guimarães (2004) defende o uso da expressão “socioambiental”, e esclarece:

(...) apesar de não estar de acordo com a norma culta da língua, mas por acreditar que essa possa apontar para a superação da tendência fragmentária, dualista e dicotômica, fortemente presente em nossa sociedade, buscando assim, preencher de sentido essa expressão com a ideia de que as questões sociais e ambientais da atualidade encontram-se imbricadas em sua gênese e que as consequências manifestam essa interposição em sua concretude (GUIMARÃES, 2004, p. 25).

Considerando a natureza social e ambiental da EA, é possível identificar práticas em diversas áreas: assistência social, saúde, planejamento, saneamento e resíduos sólidos, além de educação e meio ambiente. Tais práticas são oriundas das políticas públicas setoriais, sobretudo as discutidas a partir de 1999, que contemplaram premissas da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, tais como a de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), de Mudanças Climáticas (Lei nº 12.187/2009) e o Plano de Consumo Sustentável, além das orientações e regulamentações específicas da Resolução CETEM/CNRH nº 98/2009 para a utilização de recursos hídricos (Lei nº 9.433/1997).

Para Sorrentino et al. (2005), as políticas públicas em EA supõem uma crescente capacidade do Estado de responder, ainda que com mínima intervenção direta, às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na educação ambiental crítica e emancipatória, destacando:

A educação ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política (...) em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita (SORRENTINO et al., 2005, p. 286).

A importância da EA nos arcabouços legais como orientação para práticas pedagógicas e de mobilização de uma política ambiental no Brasil pode ser percebida por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que inseriu dentre os seus instrumentos a EA (Art. 8º, inciso VII). É necessário lembrar que o processo de construção dessas bases legais foi orientado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a educação ambiental e institui a PNEA.

No âmbito do ensino formal, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996, não tenha especificado a EA, recentemente, em julho de 2012, a partir da Resolução n. 02 do CNE/CP, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de educação básica e de educação superior.

Para Reigota (2001), a questão central posta pela EA é a participação social. Em sua concepção, a democracia é condição e meta fundamental, que permite a todos proporem alternativas e soluções. A EA como educação política está empenhada na formação do cidadão nacional, continental e planetário, baseando-se no diálogo de culturas e de conhecimento entre povos, gerações e gêneros:

Assim, aumenta o desafio para a educação ambiental de formar cidadãos que possam participar da tomada de decisões sobre assuntos que dizem respeito a grupos sociais e étnicos muito diferentes, geralmente controlados por grupos que dominam a economia e a política, com interesses muito mais homogêneos (REIGOTA, 2001, p. 64).

O processo de redemocratização no Brasil fez com que a gestão pública pudesse ser acelerada. Para muitos autores, houve fortalecimento da participação popular e ascensão de novos movimentos sociais e ONGs no/para o controle social, garantido pela descentralização no exercício de um Estado democrático em busca da governança. Também houve aumento da expectativa da efetividade de políticas sociais, sobretudo as relativas aos direitos das mulheres e minorias.

Durante o Diagnóstico sobre Gênero, Água e Participação na Bacia do Apa (GARCIA et al., 2012), foi possível constatar que é crescente a participação feminina na administração pública municipal em cargos de chefia, tais como departamentos, diretorias e secretarias. Entretanto, diferentemente das ações no âmbito da administração federal, essa participação não está balizada em planos e metas, são instintivas. Dos cinco municípios da bacia (Antônio João, Bela Vista, Bonito, Caracol, Jardim, Porto Murtinho e Ponta Porã), somente um tem capacidade instalada de atendimento às mulheres com delegacia, conselho e outras instâncias; os demais são atendidos junto às secretarias de ação social.

Para garantir a ampla participação no sistema democrático-participativo é necessária a ampliação de espaços e colegiados compostos pelo poder público, setor privado e sociedade civil. Layrargues (2006, apoiado em HOGAN, 1994, e BACKER, 1991) assevera que a participação pública não só é considerada um dos princípios fundamentais da democracia, mas também um fator estratégico na proteção ambiental, enfatizando:

Evidentemente, a participação do indivíduo nas decisões que afetam interesses que lhe dizem respeito, ocorre mediada por formas coletivas de reivindicação, e por instâncias institucionalizadas de participação. Daí a importância dos movimentos sociais, sobretudo do movimento ambientalista para o nosso caso, e dos órgãos colegiados consultivos ou deliberativos para a implementação de políticas públicas (LAYRARGUES, 2006, p. 135-136).

Loureiro (2006), embasado em pesquisa sobre movimentos sociais na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (1997), afirma que houve uma “retração do número de participantes, na década de 1990, o que demonstra que o exercício de uma cidadania direta e participativa está comprometido, em um contexto de fragmentação social, individualismo e imediatismo”, e ainda:

(...) dentre aqueles que participam de alguma forma de organização social, a maioria atua em entidades religiosas estritamente voltadas para o culto religioso e a orientação moral. Além disso, informam que desconhecem a existência de entidades ambientalistas e que não tem conhecimento das formas pelas quais poderiam participar (LOUREIRO, 2006, p. 31-32).

Pesquisa similar na Bacia do Alto Paraguai (BAP), em Mato Grosso do Sul, realizada em 2007, revela que, no geral, os entrevistados se consideram participativos, engajados com as questões socioambientais, apontando que as discutem e divulgam. Os verbos atribuídos para descrever a participação demonstram respostas de afirmação e de ação. Porém, uma reflexão faz-se necessária quanto a essa participação, a do “não envolvimento real” nas atividades, palestras ou cursos, ausência justificada pelos fatores tempo e falta de habilidades, levando a descontinuidades. Os vários espaços constituídos, previstos legalmente, tais como comitês, conselhos e outros fóruns de discussão e deliberação, ainda não garantem a participação efetiva e legítima de lideranças (GARCIA, 2008).

Vale ressaltar que um dos grandes gargalos do processo de participação é a legitimidade da representatividade, pois muitas vezes os anseios da comunidade não estão representados de fato. Além disso, para quantificar ou qualificar a participação em um país com dimensões continentais, com o histórico político e cultural do Brasil, a representatividade e o interesse (pessoal ou coletivo) em qualquer área e espaço, seja na comunidade, na escola ou na sala de aula, passam necessariamente pela mobilização e formação dos representantes, para que não se transformem em “massa de manobra” (GARCIA e VARGAS, 2011).

A participação democrática no destino da sociedade como principal instrumento pedagógico superpõe, portanto, o interesse coletivo sobre o direito individual (LAYRARGUES, 2006). Para Guimarães (2004, p. 29), “esse não é um processo individual, mas que o indivíduo vivencia na relação com o coletivo em um exercício de cidadania, na participação em movimentos coletivos conjuntos de transformação da realidade socioambiental”.

Da mesma forma, Lima (2004), ao tratar de cidadania e participação social em EA, afirma:

(...) a cidadania e a participação social são, com frequência, invocadas no debate sobre a educação ambiental, de um modo dissociado de uma crítica sobre a dubiedade implícita no conceito liberal de cidadania. Refiro-me ao fato dessas noções serem usadas, no contexto

do capitalismo, ora como meios de ocultar as desigualdades sociais e de legitimar sua manutenção, ora como conquistas associadas ao consumo (LIMA, 2004, p. 90).

As informações que necessariamente deveriam chegar a toda sociedade ainda hoje são privilegiadas a determinados grupos sociais, como, por exemplo, aquelas veiculadas unicamente pela internet, ainda não acessíveis a parte da população, como as comunidades rurais.

Esse mecanismo de difusão, advindo da popularização e do acesso aos meios de comunicação, com destaque para o radiofônico, o televisivo e de internet, ainda é incipiente, dependendo da classe social, considerando que as redes de TV abertas, principal meio de acesso às informações das classes sociais de menor renda e de maior população, não tratam diretamente de temas de interesse da sociedade.

Por outro lado, temos observado experiências em que a internet tem sido uma ferramenta cada vez mais democrática, em que é possível o envolvimento e a mobilização de alguns segmentos e temas, os quais deixam de ser localizados, ganhando adesão em várias esferas de alcance. Um exemplo é a sensibilização acerca da situação dos Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul, que teve como grande mobilizadora as redes sociais, ganhando adesão de lideranças e protestos realizados em várias partes do Brasil e do mundo.

Para Layrargues (2006), diante do desafio da criação de condições para a participação política dos diferentes segmentos sociais, tanto na formulação de políticas públicas como na sua aplicação, “o educador deve estar qualificado também para agir em conjunto com a sociedade civil organizada, sobretudo com os movimentos sociais, numa visão da educação ambiental como processo instituinte de novas relações entre si e deles com a natureza”. Em outras palavras, o autor defende que a EA prepara o terreno da tão decantada fórmula do exercício da cidadania, instrumentando a sociedade civil à participação da vida política (LAYRARGUES, 2006, p. 95).

Como destaca Sato e Santos (2006, p. 2), a EA sozinha não pode ser a única

transformadora – é preciso o estabelecimento de uma rede de diálogos, que ainda está longe de ser concretizada, embora haja consciência das inúmeras tentativas iniciadas.

O estabelecimento de políticas, planos, programas e redes, dentre outros, resultantes de orientações de plenárias internacionais, influenciam, direta ou indiretamente, no âmbito dos países envolvidos. O Brasil tem se destacado com a criação e a implementação de políticas nas diversas áreas, atendendo às normativas descritas nos protocolos e documentos internacionais. Apesar das especificidades de cada área temática, é fato que o Governo Federal tem empreendido esforços para a articulação de políticas, planos e programas, com a criação de colegiados interministeriais e intersetoriais que refletem no desenvolvimento de ações locais. Entretanto, esses resultados muitas vezes são invisíveis à população pela falta de conhecimento, entendimento e participação efetiva na formulação e implementação dessas políticas públicas.

A participação democrática no destino da sociedade como principal instrumento pedagógico superpõe, portanto, o interesse coletivo sobre o direito individual (LAYRARGUES, 2006).

É importante destacar que as práticas de EA, bem como quaisquer outras discussões e políticas públicas, chegam a diferentes resultados, dependendo da participação social e contexto ora inserido. Assim, educação ambiental, políticas públicas e participação social são indissociáveis.

Dentre os temas da EA que demandam grande participação, destacam-se as questões referentes à gestão socioambiental dos recursos naturais, priorizando-se, nessa formação, a importância da ampliação da participação das mulheres nas discussões e deliberações sobre os bens necessários à manutenção da vida, em especial a água.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Política de Águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos/Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano; (organização) Franklin de Paula Júnior e Suraya Modaelli. - Brasília: MMA, 2011. 120 p.: il. color.; 24 cm. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/161/_publicacao/161_publicacao04102011025132.pdf.*
- CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In.: LAYRARGUES, Ph. P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 13-24.
- GARCIA, Á. S. Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos participação e cidadania na BAP. In: II *Seminário internacional América Platina*. Campo Grande: UFMS, 2008. Anais.
- GARCIA, Á. S.; MASSON, D. S.; LIRA, E. S. 2012. *Diagnóstico sobre gênero para a gestão integrada da Bacia do Apa (GIAPA)*. Relatório técnico. Prefeitura Municipal de Ponta Porã-MS.
- GARCIA, Á. S; VARGAS, I. A. de. Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida): o ideal e o real nos processos de participação. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* ISSN 1517-1256, v. 27, julho a dezembro de 2011. p. 61-73. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3194>.
- GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica In.: LAYRARGUES, Ph. P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, março/2003.

LAYRARGUES, Ph. P. Do risco à oportunidade da crise ecológica: “o desafio de uma visão estratégica para a educação ambiental” In.: SANTOS, J. E. dos; SATO, M. *A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora*. – São Carlos: Rima, 2006. 622 p.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In.: LAYRARGUES, Ph. P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 85-111.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora In.: LAYRARGUES, Ph. P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65-84.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*, 4º ed. São Paulo, Cortez, 2001. 87 p.

SATO, M.; SANTOS, J. E. dos. Um breve itinerário pela educação ambiental. In.: SANTOS, J. E. dos; SATO, M. *A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora*. – São Carlos: Rima, 2006. 622 p.

SORRENTINO M. et al. Educação ambiental como política pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.



ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO

Relato de experiência: Construção da Política Estadual de Educação Ambiental

Por Eliane Maria Garcia, Auristela Silva dos Santos, Andréa Carvalho Macieira, Heloisa Pincela Vasconcelos, Maria José Alves Martins¹

A Política Nacional de Educação Ambiental foi instituída por meio da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Sua coordenação fica a cargo do órgão gestor, dirigido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Ministério da Educação (MEC) (art. 2º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a política nacional).

A Lei nº 9.795/1999, em seu artigo 16, incumbe aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a definição de diretrizes, normas e critérios para a Educação Ambiental (EA) em suas esferas de competência, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional. Desde então, a maioria dos estados brasileiros instituiu suas políticas e programas estaduais, e alguns já se encontram em processo de reformulação. O Decreto nº 4.281/2002 sugere a criação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (Cieas) nos estados para permitir o diálogo entre os diversos setores da sociedade e implantar efetivamente as políticas de educação ambiental.

As Cieas são colegiados compostos por representantes de instituições governamentais e não-governamentais de forma paritária. Mato Grosso do Sul instituiu sua comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea/MS) por meio do Decreto nº 9.939, de 06 de junho de 2000, e em 07 de abril de 2009 ela passou por uma reformulação por meio do Decreto nº 12.741/09, visando fortalecimento e maior participação da sociedade.

A Ciea/MS possui caráter consultivo e tem como finalidade promover a discussão, o acompanhamento e a avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental. Está vinculada ao órgão executor da Política de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do

¹ educacaoambiental.imasul@gmail.com, (67) 3318-6077. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

SUL (Imasul). A comissão atualmente é composta por 24 entidades, sendo dividida paritariamente entre órgãos públicos e sociedade civil, incluindo instituições relacionadas ao meio ambiente, educação, saúde e saneamento, organizações não governamentais, entidades de classe, coletivos e veículos de comunicação.

Diante do exposto acima, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Educação (SED) e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea/MS) estão articulando desde 2007 com o poder público e a sociedade civil a discussão e a implantação da Política Estadual de Educação Ambiental (Peea/MS). A política consiste em um projeto de lei que norteará todas as ações de educação ambiental no estado, tanto em espaços escolarizados como não escolarizados.

A construção da Política de MS foi realizada de forma participativa, por meio de consultas públicas, tendo como base uma minuta de proposta de lei que foi construída ao longo das reuniões da Ciea/MS com base nas políticas de educação ambiental de outros estados.

No período de 2009 a 2010, com a aprovação do projeto Educação Ambiental Itinerante, financiado pelo Programa Pantanal (MMA/SRHU), foram percorridos 16 municípios da Bacia do Rio Miranda, a saber: Anastácio, Aquidauana, Bandeirantes, Bodoquena, Bonito, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jaraguari, Jardim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Rochedo, Sidrolândia e Terenos. Em cada município foi realizada a articulação e a mobilização das instituições locais para realização de uma oficina de consulta pública, que resultou na coleta de subsídios que irão compor a Política Estadual de Educação Ambiental. No total foram visitadas 514 instituições e 418 pessoas participaram das oficinas.

Com o término do projeto itinerante, o Imasul realizou mais quatro oficinas nos municípios da Bacia do Rio Paraná (Amambaí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina e Três Lagoas), com a visita a 173 instituições e a participação



Sala temática de Educação Ambiental Formal durante a Oficina Estadual para Construção da Política de Educação Ambiental.

de 155 pessoas. Em fevereiro de 2011 a consulta pública foi realizada na capital do estado. A iniciativa contou com parceria da prefeitura de Campo Grande, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur) e do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Planurb), por meio da Coordenadoria de Apoio a Órgãos Colegiados (CAOC).

As consultas foram realizadas durante as reuniões dos conselhos municipais das sete regiões da capital. Como resultado, participaram 217 pessoas. Para atender os municípios não contemplados nas consultas públicas e consolidar de modo participativo, democrático, transparente e irrefutável a Política Estadual de Educação Ambiental (Peea/MS), o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Imasul e da Secretaria de Estado de Educação (SED), em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Comissão Interinstitucional de

Educação Ambiental (Ciea/MS), realizaram o Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul e a Oficina Estadual para Construção da Política de Educação Ambiental, nos dias 7, 8 e 9 de agosto de 2012.

O fórum teve como objetivo promover a interlocução de agentes para a consolidação de instrumentos e políticas voltadas para a educação ambiental no estado. Participaram 472 pessoas do estado de Mato Grosso do Sul e demais estados, como Acre, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Ceará e Brasília. O fórum realizou: 8 mesas redondas, totalizando 37 palestras; 16 oficinas e minicursos; 91 apresentações de trabalhos, sendo 39 resumos simples, 17 resumos expandidos, 9 trabalhos completos, 26 relatos de experiência, contabilizando 56 painéis e 35 apresentações orais abordando os temas educação ambiental e práticas sustentáveis, educação ambiental formal e não formal e gestão ambiental e políticas públicas.



Abertura oficial do Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul.

Também foram realizadas nove apresentações culturais, dentre elas corais, teatros de bonecos, performance poética e apresentação de dupla musical, além de atividades paralelas, como exposição de produtos e serviços pelos patrocinadores, divulgação de livros e publicações, exposição de fotografia amadora e duas visitas técnicas ao Centro de Educação Ambiental (CEA) Polonês.

As atividades foram acompanhadas e auxiliadas por 44 estagiários voluntários dos cursos de biologia e engenharia ambiental da UCDB, Uniderp e UFMS, que trabalharam como monitores. O evento encerrou-se com a realização da Oficina Estadual para a Construção da Política Estadual de Educação Ambiental, espaço único de debate em nível estadual que contou com a participação de 105 pessoas. O Fórum de Educação Ambiental de MS recebeu apoio e patrocínio de empresas e entidades comprometidas com a temática ambiental e socioambiental, das quais destacamos: Ônix Geração de Energia S/A; Editora Alvorada; Sanesul; Città Planejamento Urbano e Ambiental; Central Mídia; Ibama; Atiaia Energia; Fiems/Senai; Companhia Energética de São Paulo (Cesp); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur); Prefeitura Municipal de Campo Grande e Vetorial Siderurgia.

No total, participaram do processo de consulta pública 895 pessoas, representando diversas entidades: secretarias estaduais e municipais de educação e de meio ambiente, demais órgãos públicos estaduais e municipais, representantes do setor educacional, como escolas de todos os níveis de ensino e universidades, clubes de serviços, organizações e entidades de classe, representantes do setor privado, dentre outros. Em junho de 2013, finalizado o período de consulta pública, a Ciea/MS compilou e analisou as contribuições feitas para encaminhamento, análise jurídica e posterior publicação.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE COLETIVOS

Coletivo Educador: desmistificando caminhos?

Por Patrícia Lima Ortelhado¹

Shirley da Silva Matias²

Simone do Valle Leone Peinado³

Coletivo Educador: desmistificando caminhos?

Para início de conversa, você já ouviu falar sobre Coletivos Educadores? Círculo de Cultura? Com-Vidas? Arquitetura de Capilaridade? Pesquisa-Ação-Participante? Bem, chegou o momento de refletir sobre a possibilidade de mobilizar localmente um grupo, para que possa, por meio do educar-se em comunhão, agir nas suas lutas socioambientais locais. Um dos caminhos é a proposta do Coletivo Educador.

A criação de Coletivos Educadores é uma proposta desenvolvida pelo Ministério de Meio Ambiente entre os anos de 2003 e 2008 para promover a articulação de grupos permanentes junto à população, incentivados pelos educadores ambientais populares e denominados de Comunidades de Aprendizagem para a Qualidade Ambiental e de Vida. Estão fundamentados nos princípios contidos na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), efetivando uma estratégia com enfoque participativo, em uma concepção totalizante de ambiente e garantia de continuidade e permanência do processo educativo.

¹ Psicopedagoga, mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS. Pedagoga da Prefeitura Municipal de Bela Vista-MS. E-mail: paty.ortelhado@hotmail.com.

² Geógrafa, mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. E-mail: ss.matias@hotmail.com.

³ Bióloga, mestre em Ensino de Ciências pela UFMS. Professora da Prefeitura Municipal de Corumbá-MS. E-mail: svlp2002@yahoo.com.br

Os coletivos atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes em determinado território. É resultado do ProNEA e do Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA), tendo a finalidade de promover a articulação institucional e de políticas públicas à reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e a criação de condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em Educação Ambiental (EA) com a população do contexto (BRASIL, 2006).

O coletivo é um grupo formado por pessoas atuantes na comunidade local, desenvolvendo diversas ações de EA. É um grupo democrático, sempre aberto à entrada de novos parceiros, formado por Pessoas que Aprendem Participando, orientadas pela Pesquisa-Ação Participante (PAP). É voltado para a construção de sociedades sustentáveis, com pessoas e grupos atuantes, realizando-se por meio da gestão de seus territórios de vivência.

Fals Borda (1983, apud VIEZZER, 2005, p. 282) aponta que a PAP é uma metodologia dentro de um processo vivencial, que inclui simultaneamente educação de adultos, pesquisa científica e ação social ou política, e na qual se consideram como fontes de conhecimento a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática cotidiana. Assim, ela é a proposta central para o planejamento, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP) desenvolvido pelos Coletivos Educadores. É um método com procedimentos “democráticos e participativos, para diagnosticar e interpretar a realidade, sonhar com sua transformação, planejar intervenções educacionais, implementá-las e avaliá-las” (BRASIL, 2007, p. 22).

O Grupo de Coletivos Educadores pode ser formado por pessoas ligadas a instituições como prefeituras, ONGs, empresas e órgãos públicos que atuem na gestão do território; a instituições que trabalhem com educação popular, ambiental, redes de EA, formação de professores, formação de educadores; e também aos seus contextos de vida e/ou de trabalho presentes no bairro, na comunidade, na escola, no sindicato, na associação etc. (BRASIL, 2007).

Os coletivos estão ligados à educação de um contexto territorial que, quando articulado, viabiliza políticas públicas, programas e projetos relacionados à gestão sustentável do território por meio da organização de processos educacionais continuados para a formação de pessoas que analisam e intervêm criticamente na sua realidade.

Para que o processo formativo envolva todas as comunidades e setores de um determinado território cada Coletivo Educador deve planejar a sua capilaridade. Para que a formação de educadoras(es) ambientais seja ampla, democrática e efetiva, desenvolvemos a proposta da arquitetura da capilaridade, permitindo que os processos formativos atinjam toda a sociedade, articulando os diferentes grupos de Pessoas que Aprendem Participando ou grupos de Pesquisa-Ação-Participante (PAPs) (BRASIL, 2006, p. 37).

A Arquitetura da Capilaridade pode ser entendida como um projeto de intervenção educacional que, interpretando as condições ambientais e a dinâmica estrutural social local, busca estratégias que possibilitem o envolvimento da população dentro do seu contexto. Poderia receber, na época de vigência do programa, apoio do órgão gestor da EA no país, mas com autogestão própria dentro do seu espaço de atuação, com o objetivo de os educadores/as ambientais atuarem em sua diversidade. Assim, requer um mapeamento da realidade para montar os grupos que compõem a PAP, partindo do primeiro nível, o de menor número inicial, até o mais abrangente, que envolve toda a população do território (BRASIL, 2006).

De acordo com a proposta, eles são articulados em 4 instâncias:

1. Órgão gestor da PNEA (PAP1);
2. Coletivo Educador (PAP 2);
3. Formadoras(es) de educadoras(es) ambientais (PAP 3); e
4. Educadoras(es) ambientais populares que animam as Com-Vidas (Comunidades de Aprendizagem e Qualidade de Vida) (PAP 4). (BRASIL, 2006, p. 40)

Após implantar a Arquitetura da Capilaridade no território, pautada nas características locais e da sociodiversidade de seus atores, chega a hora de colocar em ação a Com-Vida. Essa concepção surge dos pressupostos do educador brasileiro Paulo Freire, de sua proposta libertadora de educar, pautando-se assim na concepção teórico-metodológica do Círculo de Cultura.

Nas comunidades dão-se encontros presenciais de sujeitos de saberes com suas histórias de vida e de seu lugar e que neste encontro fazem das Comunidades espaços privilegiados, plenos de potencial para a realização de diagnósticos e planejamentos dialógicos. Lugar de pesquisa, avaliação, reflexão, decisões, prática, ações, afetividade, cultivos, cultura (BRASIL, 2006, p. 43).

A constituição de um Coletivo Educador é estratégia-chave para a implementação das nossas políticas públicas federais, estaduais e municipais para fomentar a gestão e a educação ambiental, que podem constituir parcerias estratégicas no controle social de políticas públicas no âmbito dos territórios onde atuam (BRASIL, 2006).

O coletivo deve ser um grupo de pessoas que aprendem participando, de forma democrática, comprometida, transparente, cooperativa, aberto à entrada de novos membros, instituições, sendo referência local para ações de EA em seu contexto social. Portanto, cabe a você conhecer profundamente a proposta do *ProFEA—por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade*, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente (2006), pois é impossível em poucas páginas trazer toda a proposta, analisar seu território e as questões que precisam ser apreendidas, combatidas, propor um projeto de atuação e conquistar novos parceiros.

E, não vamos mentir, muitas vezes um trabalho solitário ou em um grupo, com poucos elementos, porém recompensador e edificante, que nos enobrece, eleva o espírito e nos faz acreditar que juntos, somos sempre mais! Fazer EA crítica,

transformadora e emancipatória dentro do seu contexto social vivido pode ser um caminho de muitas descobertas.

A tendência de Educação Ambiental Emancipatória⁴

“Se é verdade que a potência, a amplitude, a eficácia e o imaginário de atores sociais é grande, a paciência da utopia é infinita” (Aloísio Ruscheinsky).

Nas últimas três décadas a EA brasileira cresceu, aprimorou-se e conseguiu se inserir em todas as regiões, seja de forma contextualizada ou pontual. Ela possui inúmeras ramificações, identidades e nomes, como: popular, crítica, socioambiental, transformadora, tradicional, emancipatória, vivencial, EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global etc.

E, como sujeitos que fazem história, inseridos em um contexto social, precisamos escolher qual dessas ramificações nos conduzirá em nossas lutas socioambientais.

Infelizmente, o determinismo ecológico tende a reduzir a questão ambiental sem incorporar as demais dimensões – social, ética, política e cultural – que atravessam e condicionam o fenômeno ambiental. Esse nunca foi o desejo.

Acreditamos em uma visão de mundo que implica estar situado em um contexto e vinculado a uma organização social que nos leva a realizar escolhas políticas, éticas, pedagógicas e culturais. Não podemos reduzir nossa luta a apenas uma questão ambiental (LIMA, 2004, p. 89-93).

Por essa razão, entre muitas correntes de EA existentes, optamos pela emancipatória, sobre a qual Lima (2004) argumenta:

⁴ Parte integrante da dissertação de mestrado intitulada *Educadores Ambientais Sem Fronteiras: identidade e pertencimento na biorregião transfronteiriça do rio Apa*, do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências –UFMS, por Patrícia Lima Ortelhado.

A educação ambiental emancipatória acompanha esse movimento de complexificação e politização da educação ambiental ao introduzir no debate ingredientes e análises sociológicas, políticas e extrações de uma sociologia da educação de teor crítico e integrador, reunindo e pondo em diálogo uma diversidade de contribuições provenientes da teoria crítica, do pensamento ecopolítico, da teoria da complexidade, do neomarxismo, da teoria do conflito, da sociologia ambiental, da teoria da sociedade de risco, da educação popular, do socialismo utópico, da versão contemporânea da teoria da sociedade civil e dos movimentos sociais, do pós-estruturalismo e pós-modernismo, do ecodesenvolvimento e de uma educação ambiental crítica, entre outros (2004, p. 93).

A tendência crítica, transformadora e emancipatória da EA, segundo Lima (2002) e Loureiro (2004), é caracterizada como possuidora de atitude crítica diante dos desafios que a crise civilizatória nos coloca, partindo do princípio de que o modo como vivemos não atende mais a nossos anseios e nossa compreensão de mundo e sociedade, e que é preciso criar novos caminhos para o entendimento da democracia como condição para a construção de uma sustentabilidade, tendo convicção de que o exercício da participação social e da cidadania é uma prática indispensável à democracia e à emancipação socioambiental.

“Educação Ambiental Emancipatória procura enfatizar e associar as noções de mudança social ecultural, de emancipação/libertação individual e social e de integração no sentido de complexidade.”

Ao pensar em uma tendência pedagógica que embase sua prática na EA Emancipatória em um determinado contexto escolar comprometido com a sustentabilidade ou em um coletivo ou grupo que faz EA, é preciso que a posição escolhida pela comunidade reflita o papel da escola enquanto instrumento de intervenção e de transformação social. Para Freitas (2005), é essencial que a EA esteja

inserida e sintonizada com a organização do trabalho pedagógico, compreendida em suas interfaces – trabalho desenvolvido predominantemente na sala de aula, organização global do trabalho pedagógico na escola e no seu PPP ou nas propostas dos coletivos ou grupos.

Para Loureiro (2007), a emancipação não existe fora da história, da natureza. Não é um movimento linear e automático de sair de um padrão para outro, mas dinâmico, pelo qual superamos os limites identificados ao longo da existência. Emancipação “na filosofia, na teoria educacional e na prática política remete a dois conceitos que, por serem pressupostos do processo emancipatório permitem entender o seu significado: liberdade e autonomia” (LOUREIRO, 2007, p. 159). Vejamos:

Liberdade e autonomia são conceitos distintos e dotados de significados. Liberdade se refere à eliminação da ação e do conhecimento gerado pelos agentes sociais (práxis) com o objetivo de se ampliar às possibilidades pessoais de realização e o potencial criador humano. (...) Autonomia significa estabelecer as condições de escolha em que não haja tutela ou coerção. Ou seja, em que os sujeitos – individuais ou coletivos – não sejam dependentes de outrem para conhecer e agir, seja o Estado, o partido, uma elite econômica, política ou intelectual, um filantropo ou uma empresa (LOUREIRO, 2007, p. 160).

Assim, em um processo que se afirme como emancipatório, as relações sociais se pautam pela igualdade e justiça social, pelo respeito à diversidade cultural, pela participação e pela autogestão, afirma Loureiro (2007). Para o autor, a finalidade da EA, ou de qualquer processo que possa se afirmar como educativo, é a emancipação.

Quanto aos autores mais visitados ou, de alguma forma, inspiradores de uma pedagogia libertadora, segundo Lima (2004, p. 93), podem-se mencionar



LEITURA: Mais informações sobre Processos Formadores em Educação Ambiental estão disponíveis no link http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/cad_03.pdf

nomes como: Kazue Matsushima, Carlos Rodrigues Brandão, Marcos Sorrentino, José da Silva Quintas, Philippe Pomier Layrargues, Paula Brügger, Isabel de Moura Carvalho, Michèle Sato, Haydée Torres, Luiz Marcelo de Carvalho, Carlos Frederico Loureiro, Boaventura de Souza Santos, Edgar Morin, Paulo Freire, Herbert Marcuse, André Gorz, Félix Guattari, David Pepper, Enrique Leff, Ernst Bloch, Jean Pierre Dupuy, Ivan Illich, Zygmunt Bauman, Henry Giroux, Anthony Giddens, Ulrich Beck, Andrew Blowers, Michel Foucault, Moacir Gadotti, Henri Acselrad, Hector Leis, Henrique Rattner, Lia Diskin, José Augusto Pádua, David Orr, John Fien, Bob Jickling, Stephen Sterling, Anette Gough, Lucie Sauvé, John Huckle, Claus Offe, Jurgen Habermas, John S. Dryzek, Nancy Mangabeira Unger, Thich Nhat Hanh, Leonardo Boff e Laymert Garcia dos Santos, entre outros.

Lima (2004) argumenta que a EA Emancipatória, em termos teóricos e conceituais, procura enfatizar e associar as noções de mudança social e cultural, de emancipação/libertação individual e social e de integração no sentido de complexidade.

Ainda, Lima (2004) afirma que ao propor uma EA Emancipatória, desejava na verdade discutir essa vertente em uma perspectiva analítica e crítica, e não com a intenção de formular algo como uma tendência conceitual ou uma proposta metodológica. Mas oferece uma relação com a pedagogia freireana, que ao propor uma educação libertadora, traz uma rica contribuição teórica e metodológica para a prática da educação ambiental emancipatória quando procura despertar a consciência do educando por meio da problematização dos temas geradores pertencentes ao seu universo vivido.

Trabalha, nesse sentido, sua percepção de indivíduo no mundo em relação aos outros indivíduos, visando sua inserção crítica nessa realidade. “Nesse processo os educandos reconhecem sua situação como problema e se deparam com a possibilidade de assumirem sua história, superando os obstáculos que impedem seu crescimento e humanização” (LIMA, 2004, p. 101).

Quanto ao papel do educador dentro da abordagem emancipatória, Loureiro (2007) indica alguns elementos para que consigamos realizar a leitura crítica na busca e construção de caminhos possíveis, em que o autor considera todos os pontos imprescindíveis para a atuação de um educador ambiental.

- Conhecer aquilo que é específico do ato educativo, qual é a função social desempenhada pela EA, como esta se insere na política educacional do país e nas políticas públicas em geral. Conhecer também as estruturas curriculares e analisar como o ambiental é cabível em tais estruturas implementadas no Brasil.
- Entender os mecanismos de apoio a projetos e a relação destes com a formação do cidadão para atuar em sua realidade. Boas ações não bastam em si mesmas, precisam ser problematizadas em um contexto, reconhecendo limites, avanços e tensionamentos que o processo estabelece. Ao se montar e realizar uma atividade de EA é imprescindível saber com quem se está dialogando, em favor do que e para quê.
- Resgatar um conceito formidável apresentado por Gramsci (1995), o de educação unilateral (educação que trabalha com as nossas múltiplas dimensões formativas). Ao educador ambiental cabe atuar no sentido de garantir acesso universal à informação, ao conhecimento produzido e aos diferentes saberes. Isso implica pensar a prática educativa contemplando conhecimentos ecológicos, filosóficos e sócio-históricos; vivências corporais e sensoriais; dramatizações e experiências lúdicas; atividades de pintura, musicais e esportivas; e o aprendizado de técnicas que permitam a tomada de consciência sobre os principais meios utilizados na criação dos bens de consumo. Ou seja, garantir um diálogo complexo com o mundo e no mundo.



VÍDEO: Está disponível no DVD que acompanha esta obra uma aula sobre Educação Ambiental e Biodiversidade com o professor doutor Alexandre de Gusmão Pedrini, professor adjunto do Instituto de Biologia da UERJ. Pedrini publicou trabalhos no Brasil e no exterior e é autor de diversos livros. Sua bagagem de experiências e pesquisa em Educação Ambiental é valiosíssima.

- Fortalecer o ensino público e a relevância da atuação do professor na transmissão, recriação e problematização do que geramos de cultura até aqui enquanto humanidade.

- Fortalecer a ação de educadores ambientais em movimentos sociais e nos grupos em maior situação de vulnerabilidade socioambiental.

- Consolidar a relação escola-comunidade e a construção de canais de participação e diálogo.

- Continuar o processo de organização de redes e outras institucionalidades que nos dão identidades e que permitem maior interlocução e pressão na definição de diretrizes de Estado.

- Ampliar e investir nas estratégias de qualificação e formação participante em diferentes níveis e grupos sociais.

- Intervir nas políticas de educação e de meio ambiente do país, garantindo ações compatíveis com a EA e sua universalização (LOUREIRO, 2007, p. 164-165).

Esses são desafios que precisam ser enfrentados. Estando em um coletivo e pertencendo a ele, tudo é mais suave e as ideias se multiplicam em torno do agir, em um nível em que todos se comprometem com a mudança desejada. E é por meio da educação que podemos “estimular sensibilidades, despertar consciência e exercitar ações libertadoras, humanizadoras e cidadãs capazes de promover a vida e as relações dos indivíduos consigo mesmo, com os seus semelhantes em sociedade e com o meio envolvente” (LIMA, 2004, p. 101-102).

Constituir/construir um coletivo/grupo e uma proposta sem um ideal filosófico é o mesmo que lutar por causa nenhuma. É preciso saber o que defendemos, o como e o porquê da luta em que nos enveredamos. O caminho primeiro está em saber que tipo de EA permeia nossas propostas de lutas. Reflita sobre a EA Emancipatória para fazer a sua escolha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *PROFEA - Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais para um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade*. Série Documentos Técnicos 8. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006.

BRASIL. *Coletivos educadores para territórios sustentáveis*. Brasília: MMA – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - Departamento de Educação Ambiental, 2007.

FERRARO JR. L. A. *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Educação Ambiental. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007

FREITAS, L. C. de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

LIMA, G. F. C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, Ph. P.(coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente - Diretoria de Educação Ambiental. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. pp. 85-111.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental transformadora In.: LAYRARGUES, Ph. P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. pp. 65-84.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE COLETIVOS

Relato de experiência: O percurso do grupo de educadores brasileiros e paraguaios pelas águas fronteiriças do rio Apa

Por Célia Cristina Azuaga¹
Patrícia Lima Ortelhado²

No ano de 2010 aconteceram, nas dependências da Escola Rural Municipal Prefeito Clóvis Marcelino de Oliveira, localizada no município de Bela Vista-MS, oficinas organizadas pelo projeto “Fortalecimento de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o Pantanal: o caso da Bacia Transfronteiriça do Apa”³, com a participação de educadores e comunidade escolar do Brasil e Paraguai sobre como inserir a Educação Ambiental (EA) no currículo escolar e sobre a educomunicação.

Como produto final do encontro, professores, funcionários, um educador paraguaio, pais, alunos e gestores das escolas reuniram-se e juntos propuseram o projeto multidisciplinar: “Rio Apa – Unindo Dois Povos”, que foi apresentado no evento “Diálogos transfronteiriços da Bacia do Apa: um olhar diferenciado para políticas públicas, educação e água do Brasil e Paraguai”, realizado em Ponta Porã-BR e Pedro Juan-PY em maio de 2010. Nesse dia nasceu o Grupo de Educadores Ambientais Sem Fronteiras (GEASF), cujo símbolo representa a união de dois povos pelo rio Apa e pelo tereré, bebida refrescante tipicamente regional, presente na logo do grupo.

Em agosto, por intermédio da ONG Mupan, após mobilizações o projeto foi aprovado pelo Centro de Apoio Socioambiental (CASA), conseguindo apoio financeiro e sendo executado nas escolas.



¹ Coordenadora do Grupo de Educadores Ambientais Sem Fronteira (GEASF) do lado paraguaio, celiaazuaga.bvn@gmail.com.

² Coordenadora do GEASF do lado brasileiro, paty.ortelhado@hotmail.com.

³ Esse projeto teve apoio do Comitê Holandês (IUCN NL/EGP) e foi coordenado pela ONG Mupan, em parceria com diversas instituições governamentais e não-governamentais.

A possibilidade de vencer fronteiras impostas pelos homens para, juntos, cidadãos brasileiros e paraguaios buscarem maneiras e formas de inserir a dimensão da EA em suas escolas é um dos resultados que pode e deve ser compartilhado.

Outro deles é o nascimento do GEASF, que tem como objetivo levar conhecimento científico para escolas brasileiras e paraguaias sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Apa, realizando ações como encontros para estudo, atividades interdisciplinares, concursos, excursões e entrega de material de custeio para as escolas, possibilitando canais de diálogos para os dois povos para a discussão sobre temas socioambientais e sustentabilidade.



Concurso de cartas, cartazes e poesia. Foto: Arquivo GEASF

Esta bacia abastece hidricamente os dois países, sendo o tema gerador do projeto multidisciplinar Rio Apa – Unindo Dois Povos!, que, partindo da realidade dos educandos, busca desenvolver competências e habilidades sobre o manejo sustentável dos recursos hídricos, formatando uma proposta pedagógica que possibilite à escola levar os seguintes temas para o seu currículo escolar: i) Água, fonte de vida: situação da água no planeta; consumo e uso da água; o ciclo da água; o Aquífero Guarani; desmatamento; efeito estufa; ii) Águas fronteiriças da Bacia do



Desfile em comemoração ao bicentenário do Paraguai, 2011. Foto: Arquivo GEASF

Apa: a bacia hidrográfica; biodiversidade da Bacia do Rio Apa; saneamento básico nos dois países; a produção rural na porção brasileira e paraguaia na Bacia do Apa; as marcas da história às margens do rio Apa; iii) Gestão das águas: como cuidar dos recursos hídricos; a política das águas no Brasil e no Paraguai; legislação e os instrumentos de proteção da biodiversidade.

A cada comunidade escolar coube adequar a proposta para a sua realidade, incluindo-a no seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Nos anos de 2010 e 2011 as escolas conseguiram resultados significativos, fazendo com que a maioria da comunidade se envolvesse com a proposta, realizando várias ações pedagógicas, como seminários realizados pelos alunos, entrevistas aos moradores sobre sua percepção da bacia, atividades sistematizadas, pesquisas sobre a qualidade da água, palestras nas escolas, visitas técnicas, participação em eventos com apresentações artísticas sobre o tema, concursos de cartas e cartazes nas escolas envolvidas, diálogos com a comunidade sobre temas relacionados ao meio ambiente com reflexão de como poderiam estar modificando-o para o bem estar de todos e de

maneira sustentável e, principalmente, como reduzir as ameaças humanas à Bacia Hidrográfica do Rio Apa.



Logo do evento Pedala Fronteira. Fonte: Arquivo GEASF

De acordo com Garcia e Ortelhado (2011), é possível afirmar que as oficinas realizadas em 2010 motivaram os/as educadores/as dos dois países a olharem para as potencialidades e limitações, e assim trabalharem coletivamente, buscando alternativas para as limitações locais. Entretanto, é necessário ressaltar que para alcançar esses resultados, deve-se considerar um processo que conta com pesquisa, programas e ações de várias instituições ao longo dos anos.

Entre 2012 e 2013 o grupo articulou momentos em que a EA e o tema rio Apa estivessem presentes fora dos ambientes formais de educação, como, por exemplo,

no evento Pedala Fronteira: Diálogos de Jovens, um encontro intergeracional, no qual cidadãos brasileiros e paraguaios de diferentes idades refletem sobre o impacto de suas ações neste território transfronteiriço. Como resultado desse evento, convém destacar o nascimento do Coletivo Jovem Sem Fronteira, que hoje conta com 80 membros de ambas as nacionalidades. Em 2015 será realizada a 4ª edição do Pedala Fronteira.

No ano de 2013 o GEASF passou por uma reformulação direta dos membros que estão à frente da articulação do grupo, passando a coexistir nos espaços formais e não formais dentro do contexto social transfronteiriço. O primeiro passo foi dado, mostrando a todos que é possível trabalhar o tema da EA de forma crítica, interdisciplinar e contextualizada e ultrapassar todas as fronteiras existentes, sejam elas subjetivas ou físicas. Hoje sabemos que o grupo pode continuar com a sua sinergia inicial, mesmo que a todo ano a roda viva da vida modifique alguns educadores envolvidos. Acreditamos que a causa é justa, que podemos transformar sonhos em realidade, mostrando às sociedades brasileira e paraguaia que podemos pensar em atitudes sustentáveis e em uma gestão compartilhada da bacia hidrográfica do rio Apa se quisermos que ele continue a abastecer hidricamente esses dois povos.

REFERÊNCIAS

GARCIA, Á. S; ORTELHADO, P. L.; Políticas Públicas de Educação Ambiental Fortalecem Escolas do Campo na Fronteira: In.: *I Seminário Internacional Campo, Educação e Diversidade*. UFGD/2011.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE COLETIVOS

Relato de experiência: Educação Ambiental no Ecoparque Cacimba da Saúde

*Por Shirley da Silva Matias¹
Simone do Valle Leone Peinado²*

O presente relato trata das atividades de Educação Ambiental (EA) desenvolvidas no Ecoparque Municipal Cacimba da Saúde, em Corumbá-MS, durante o período de maio de 2009 a dezembro de 2010. Todas as atividades tiveram vínculo com a Prefeitura Municipal de Corumbá, por meio do núcleo de Educação Ambiental da Secretaria Executiva de Meio Ambiente.

As atividades aqui apresentadas foram desenvolvidas principalmente com a comunidade moradora no entorno, com a Escola Municipal Tilma Fernandes Veiga, do bairro Cervejaria e com o grupo de mulheres que compõem o Projeto Fibras, desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, em parceria com a Prefeitura Municipal de Corumbá. Essa experiência proporcionou maior entendimento sobre as funções do educador ambiental, seu papel na sociedade, trouxe aprendizado técnico e também possibilitou conhecer e vivenciar na prática a teoria e os conceitos da Educação Ambiental.

O Ecoparque Cacimba da Saúde está localizado no bairro Cervejaria, próximo ao rio Paraguai e às margens do Canal do Tamengo, lugar de beleza ímpar e de grandes possibilidades turísticas. O local é utilizado para lazer pelas crianças e moradores do bairro e imediações. Porém, observou-se que, infelizmente, no que diz respeito ao meio ambiente, os frequentadores do parque não demonstravam ter o mínimo de consciência, pois tinham por hábito a matança de pássaros e outros animais silvestres que por ali habitam, a quebra de árvores e o descarte do lixo de maneira inadequada. População carente, sem nenhuma informação. Sustentabilidade? O que é isso?

¹ Mestre em Geografia, professora na rede estadual de ensino de Dourados/MS, ss.matias@hotmail.com.

² Mestre em Ensino de Ciências, professora da rede municipal de ensino de Corumbá/MS.

Não eram raras as crianças transitando pelo parque carregando o seu estilingue, mirando em todas as aves que pelo céu cruzassem. Houve um dia em que colocaram um periquito morto na porta de entrada de uma das salas da sede do parque. Aos poucos as atividades foram desenvolvidas e uma relação com a comunidade foi se estabelecendo. Não foi fácil, mas depois de aproximadamente uns seis meses de muita conversa e palestras na escola, já não se viam mais as crianças com estilingue nas mãos e nem subindo nas árvores, que cresceram e até deram flor. O lixo esparramado pelas ruas diminuiu, mas não acabou.

O contato com a escola do bairro também foi um ponto fundamental para que uma mudança começasse a aparecer. Em períodos pontuais, como a Semana da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Terra e Dia do Rio Paraguai, foi possível montar uma parceria e promover palestras, exibição de filmes e realização de oficinas com os alunos, geralmente dos anos iniciais – 2º ao 5º ano. Quase todas as crianças da escola são moradoras do bairro e frequentavam o Ecoparque durante o contraturno das aulas. Com o grupo de mulheres que participavam do Projeto Fibras as atividades eram realizadas com mais frequência e a sensibilização e conscientização ambiental eram inseridas diariamente em conversas informais, oficinas, palestras e os filmes do Circuito Tela Verde, seguido de discussões com donas de casa e pescadoras, com idade entre 30 e 65 anos.

Entre os problemas relatados com frequência pelas moradoras, o que mais incomodava era o lixo pelas ruas. Embora o bairro recebesse o serviço de coleta três vezes por semana, ainda assim havia lixo descartado de forma indevida e esparramado por toda parte. Por estar localizado em uma região de encostas, algumas casas estavam instaladas em ladeiras íngremes e ruas estreitas, dificultando a entrada do caminhão de coleta. Para amenizar a situação foi implantado pela Secretaria Executiva de Meio Ambiente o projeto-piloto “Agentes Ambientais Comunitários”, que tinha como atividade principal levar informação a respeito dos problemas gerados pelo lixo e ensinar a fazer o descarte de forma correta, além de

transportar os resíduos embalados das residências às quais o caminhão não tinha acesso para os locais de coleta. Foram contratados cinco agentes, entre homens e mulheres, todos moradores da comunidade, que durante duas semanas foram capacitados por profissionais da área de saúde, meio ambiente e assistência social, para que pudessem trabalhar e orientar a comunidade de maneira correta, levando as informações diariamente, porta a porta, para todas as famílias do bairro. Algumas mudanças aos poucos foram aparecendo, mas acreditamos que seria necessário ainda mais alguns anos para que houvesse realmente uma transformação dos hábitos de toda a comunidade.



Exibição de filme e oficina com alunos da E. M. Tilma Fernandes Veiga. Fotos: Shirley Matias



Atividade com o grupo do Projeto Fibras e palestra com a comunidade do bairro Cervejaria. Fotos: Shirley Matias

INCORPORAÇÃO DE GÊNERO NOS ESPAÇOS CONSTITUÍDOS

Contexto do GAEA: o porquê de Gênero, Água, Educação Ambiental

Por Áurea da Silva Garcia ¹

Contexto do GAEA: o porquê de Gênero, Água, Educação Ambiental

A inserção da temática gênero, até como exigência de organismos internacionais, convergiu com a criação da organização não governamental (ONG) Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan). O Projeto GEF Pantanal Alto Paraguai (ANA/GEF/PNUMA/OEA)², no intuito de estabelecer um planejamento integrado, apoiou 44 subprojetos nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – Bacia do Alto Paraguai (BAP), destacando como principais recomendações a necessidade de se promover a mobilização, formação, treinamento e capacitação de agentes públicos, educadores, técnicos e comunidades e a organização de alguns segmentos e lideranças, catadores de iscas, mulheres e educadores (ANA/GEF/PNUMA/OEA, 2004).

Como resultado de um dos subprojetos, o de Fortalecimento e Desenvolvimento Institucional dos Consórcios Intermunicipais, deu-se a criação da ONG Mupan. Fundada em 20 de agosto de 2000, conta com a participação de mulheres representando colônias de pescadores, lideranças de bairro, assentamentos, acampamentos, agentes de saúde, educadoras e profissionais liberais, dentre outras lideranças da BAP. A Mupan tem como objetivo propiciar a participação de

¹ Turismóloga, mestre em Ensino de Ciências/Educação Ambiental, diretora-presidente da ONG Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN), membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão Ambiental (GEPEA-MS). E-mail: aureasgarcia@gmail.com.

² Projeto GEF Pantanal Alto Paraguai, com a coordenação da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH/MMA), e posteriormente, da Agência Nacional de Águas (ANA), com apoio do Global Environment Facility (GEF), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).



As formações visam fortalecer a participação das mulheres na gestão das águas. Foto: Mupan

mulheres como agentes multiplicadoras no contexto de gênero e meio ambiente, fortalecendo-as socialmente, economicamente e politicamente, promovendo dessa forma a sustentabilidade.

Na busca pelo equilíbrio nas relações entre homens e mulheres, incorporando a perspectiva de gênero nas discussões das várias esferas do gerenciamento de recursos hídricos, com apoio do Centro de Apoio Socioambiental (CASA) a Mupan executou o projeto Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos (2007/2008), com pesquisa em 34 municípios da BAP em Mato Grosso do Sul, objetivando caracterizar a participação social na gestão da água e a inserção das mulheres nas discussões e decisões socioambientais como agentes de transformação.

O levantamento do perfil dos envolvidos nas discussões para esse gerenciamento (comitês, consórcios, conselhos, grupos, planos, entre outros) tornou-se fundamental para identificar estratégias para a proposição e fortalecimento da participação social. Foram 142 participantes da pesquisa; desses, 133 eram

graduandos, graduados ou pós-graduados, e somente nove possuíam escolaridade fundamental ou média. Uma das questões remetia ao tema gênero: do total, somente 22 participantes relacionaram as questões de gênero com o papel social de homens e mulheres; os demais citaram tipos, espécies, características, produções literárias e musicais, dentre outros (GARCIA, 2008).

Ao analisar o baixo índice (15%) das respostas condizentes quanto às discussões de gênero, considerando a escolaridade, ficou demonstrada a insipiência de informações sobre a temática.

Quanto à caracterização da participação, há diferenças entre homens e mulheres nos espaços deliberativos da BAP envolvendo poder público, usuários e sociedade civil. Nas atividades de base, principalmente na mobilização, estão as mulheres, enquanto os homens (86%) estão nos espaços de proposições, deliberações e decisões no âmbito regional ou estadual, enquanto 14% de mulheres participam na titularidade e suplência destes (GARCIA, 2008).

Partindo desses dados que apontam a grande participação feminina em atividades de base, como mobilizadoras natas, é preciso reforçá-la e ampliá-la, inclusive para alcançarem os espaços de decisão, de forma a equilibrar a participação. A utilização da educação ambiental (EA) torna-se uma estratégia para formar e informar quanto ao papel das mulheres nos espaços constituídos, inclusive nos relacionados à água.



VÍDEO: *Água como matriz ecopedagógica* foi gravado pela doutora Vera Margarida Lessa Catalão, que tem como temas de pesquisa educação ambiental, ecopedagogia e formação humana para uso sustentável da Água. É professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do projeto de pesquisa e extensão *Água como matriz ecopedagógica*. O vídeo está disponível no DVD que acompanha esta obra.

Assim, surgiram os primeiros lineamentos da Mupan para treinamentos e capacitações, buscando a incorporação de gênero e educação ambiental no gerenciamento de recursos hídricos em Mato Grosso do Sul, com a estruturação e proposição de projetos.

“As mulheres são mobilizadoras natas em atividades de base, é preciso reforçar e ampliar a sua participação para alcançarem os espaços de decisão.”

Em 2012 foi aprovado junto ao Programa Aliança para os Ecossistemas (EA) - uma parceria entre o Comitê Holandês da IUCN (IUCN NL), Both ENDS e Wetlands International -, o projeto Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental. A partir de articulações com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a mesma torna-se a principal parceira local e a instituição certificadora na oferta de 150 vagas para o curso de extensão – Formação em Gênero, Água, Educação Ambiental (GAEA).



Cursistas e equipe durante o Encontro de Encerramento da Formação GAEA. Foto: Mupan

Incorporação de gênero no gerenciamento dos recursos hídricos

Para melhor compreensão do tema *gênero* faz-se necessário o apontamento de esclarecimentos quanto a alguns termos usuais nas políticas públicas. Muitas vezes a palavra é utilizada erroneamente como sinônimo de mulher. Sendo uma construção social nas diferentes culturas, determinada pelo tempo e espaço, passa pelo comportamento e papéis de homens e mulheres na sociedade: “o gênero é uma identidade adquirida e refere-se à variedade de papéis e relacionamentos construídos pela sociedade para dos dois sexos” (ITAIPU BINACIONAL), enquanto o sexo biológico é determinado pelas características anatômicas – macho e fêmea. De acordo com Almeida e Martins (2008), o conceito de gênero tem contribuído para superar a noção do que é tido como “próprio do homem” e “próprio da mulher”, na medida em que permite também romper com a dicotomia entre espaço produtivo e reprodutivo.

A atribuição de sinônimo para igualdade e equidade de gênero também é constante.

A Constituição Federal (CF) de 1988 destaca no preâmbulo:

(...) assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional (CF, 1988).

Para igualdade, a CF destaca no art. 5º, quanto aos direitos e garantias fundamentais: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

A Política Nacional para as Mulheres no Brasil busca “construir a igualdade e equidade de gênero, considerando todas as diversidades – raça e etnia, gerações, orientação sexual e deficiências. As mulheres são plurais, e as políticas propostas devem levar em consideração as diferenças existentes entre elas”.

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) grafa:

Igualdade e respeito à diversidade - mulheres e homens são iguais em seus direitos e sobre este princípio se apoiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e consideração das experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas (PNPM, 2008).

Para equidade, o Plano destaca:

O acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais, buscando-se a justiça social, requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres (PNPM, 2008).

Além de igualdade e equidade, o PNPM (2013-2015) elenca outros princípios: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. Dessa forma, destacamos a participação e controle social: “Devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas” (PNPM, 2008).

Se analisarmos a linha do tempo das diversas declarações, tratados, documentos, protocolos, planos e políticas que permeiam os direitos do ser humano, veremos que os mesmos enfatizam a necessidade de políticas que assegurem a

qualidade de vida, em especial a situação de mulheres, crianças e idosos, o acesso à educação (no, para, de e pelo meio ambiente), treinamento e capacitação para os cuidados com os recursos naturais – com destaque para as águas – sistematizados no projeto Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental.

o gênero é uma identidade adquirida e refere-se à variedade de papéis e relacionamentos construídos pela sociedade para dos dois sexos.
(ITAIPU BINACIONAL)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, proclama a igualdade de direitos dos homens e das mulheres, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher resultou na Declaração de Beijing (1995), que problematizou a ausência da mulher, em grande parte, no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões, em matéria de gerenciamento, conservação, proteção e recuperação do meio ambiente e dos recursos naturais, enfatizando o papel desempenhado por elas na função liderança e que pode influir poderosamente na tomada de decisões em matéria de consumo sustentável.

Em 1977, na cidade de Mar del Plata, na Argentina, foi realizada a Conferência Internacional sobre Água e Ambiente, a primeira específica sobre as águas, dado o crescente aumento do consumo, de forma a implementar ações para o manejo integrado dos recursos hídricos. Como resultado foi elaborado um plano apontando o desenvolvimento de recursos humanos, fortalecimento e treinamentos

Dos resultados da Conferência Internacional sobre Água e Ambiente, em Dublin, Irlanda, de janeiro de 1992, destacam-se quatro fundamentos básicos em

busca de uma mudança significativa na forma de gerir as águas, seja no nível local, nacional ou internacional, em que a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente. O papel da mulher é destacado no Princípio 3:

A mulher desempenha um papel fundamental no abastecimento, na gestão e na proteção das águas. O papel fundamental da mulher como provedora e consumidora da água e guardiã dos ambientes vivos raramente foi refletido nos arranjos institucionais para o aproveitamento e desenvolvimento dos recursos hídricos. A aceitação e implementação desse princípio requer políticas positivas direcionadas às necessidades específicas das mulheres e que as preparem e dotem da capacidade de participar, em todos os níveis dos programas de recursos hídricos, incluindo o processo de tomada de decisão e implementação pelos meios que elas determinem (UFRJ, 2015).

A partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), as discussões fortaleceram as questões de gênero, dos direitos humanos, de acesso, conservação, proteção e gerenciamento dos recursos naturais e do desenvolvimento e consumo sustentável para a garantia da qualidade de vida. Os princípios 20º, 21º e 22º destacam o papel das mulheres, de jovens, povos indígenas e comunidades endógenas na temática ambiental (RIO-92).

A gestão sustentável dos recursos hídricos e a igualdade de gênero apoiam-se mutuamente e são interdependentes, estão entre os princípios da Aliança do Gênero e da Água (GWA – *Gender and Water Alliance*), bem como nas recomendações da Conferência Internacional de Água Doce, ocorrida em Bonn, na Alemanha, (2001). Na declaração ministerial decorre a participação e inserção de gênero na discussão de recursos hídricos:

A gestão de recursos hídricos deve basear-se em uma abordagem participativa. Ambos, homens e mulheres, devem ser envolvidos e ter

o mesmo direito de expressão de gerenciamento do uso sustentável dos recursos hídricos e na distribuição de seus benefícios. O papel das mulheres nas áreas relacionadas à água precisa ser reforçado e sua participação ampliada (GWA, 2003).

Quanto ao direito internacional da água, Silva (2011), ao discutir a igualdade de oportunidades, destaca:

A igualdade, a cidadania, porque uma mulher ou uma criança que dedica muitas horas ao dia para ir buscar água, dispõem de menor capacidade para participar na vida da sua comunidade. No caso de crianças, se quebra igualmente o princípio da igualdade de oportunidades porque ausentam-se da escola as horas a que se destinam a buscar água (SILVA, 2011, p. 19).

No Brasil, a Lei das Águas (Lei nº 9.433/97) instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Como determinação constitucional, criou-se o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que estabeleceu os instrumentos da Política, entre os quais se destacam os Planos de Recursos Hídricos. O Subprograma de Capacitação e Educação (em especial ambiental) para a gestão integrada de recursos hídricos do PNRH tem o objetivo de desenvolver ações de capacitação e educação ambiental voltadas a agentes multiplicadores que possam, pela via de programas descentralizados e capilares de EA focados em recursos hídricos, difundir conceitos e práticas, além de apoiar transversalmente a própria implementação dos demais programas do PNRH para fortalecer a incorporação da perspectiva de gênero e das comunidades tradicionais às discussões em torno da Política Nacional, enfatizando as seguintes ações:

- Promover a incorporação da perspectiva de gênero como elemento essencial na implementação da gestão integrada de recursos hídricos.
- Promover o empoderamento da sociedade na elaboração e na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, fortalecendo os canais de comunicação existentes e a criação de novos, assim como o aperfeiçoamento dos meios de interlocução social (PNRH, 2006, p. 41).

O gerenciamento dos recursos hídricos tem diferentes impactos para homens e mulheres, dada a cultura masculina de participação e processo de decisão, sendo necessário um maior envolvimento feminino. A participação está além dos interesses de cada indivíduo, legitima-se pelo interesse coletivo e requer efetivo envolvimento de todos, independentemente de cor, raça, credo ou opção política.

A água é um recurso natural limitado, indispensável para a manutenção dos ambientes naturais, dotado de valor econômico e de domínio público, devendo ser proporcionado do seu uso múltiplo, de forma descentralizada, com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Ambos, homens e mulheres, devem ser envolvidos e ter o mesmo direito de expressão de gerenciamento do uso sustentável dos recursos hídricos e na distribuição de seus benefícios.

Durante o Diagnóstico sobre Gênero, Água e Participação na Bacia do Apa³ foi possível constatar que é crescente a participação feminina na administração pública municipal em cargos de chefia, tais como departamentos, diretorias e secretarias. Entretanto, diferentemente das ações no âmbito da administração federal, essa participação não está balizada em planos e metas, são instintivas. Dos cinco municípios da Bacia do Apa – Antônio João, Bela Vista, Bonito, Caracol, Jardim, Porto Murtinho e Ponta Porã, que juntos somam mais de 90 mil habitantes, somente um tem capacidade instalada de atendimento às mulheres, com delegacia, conselho e outras instâncias; os demais são atendidos junto às secretarias de ação social (GARCIA et al., 2012).

Apesar de conquistas e de políticas afirmativas, a desigualdade entre homens e mulheres é perceptível nos postos de trabalho e renda, sendo necessárias ações afirmativas para fortalecê-las, de forma a garantir os direitos constitucionais de igualdade e equidade.

³ GARCIA, Á. S.; MASSON, D. S.; LIRA, E. S. 2012. *Diagnóstico sobre gênero para a gestão integrada da Bacia do Apa (GIAPA)*. Relatório técnico Diagnóstico Sócio Ambiental da Bacia do Rio Apa. Contrato Fadems/Prefeitura Municipal de Ponta Porã nº 235/2010.

Algumas considerações

Do retrato brasileiro sobre a questão de luta pela igualdade de gênero, aponta-se que, segundo dados do IBGE (2012), a população brasileira é constituída por 53,7% de mulheres e que o rendimento delas continua inferior ao dos homens. Em 2011, elas recebiam, em média, 72,3% do salário masculino, proporção que se mantém inalterada desde 2009. Na administração pública a participação tem aumentado, entretanto ainda predomina nos empregos domésticos a mão de obra feminina (94,8%), percentual idêntico ao registrado em 2003 (GARCIA et al., 2012).

O avanço deve-se, em parte, à criação do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, instituído pela Lei nº 7.353/1985, vinculado ao Ministério da Justiça, que até 2010 teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo, o que amplia o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres (SEPM, 2012). No Estado de Mato Grosso do Sul, em 1987, a Lei nº 702 instituiu o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

Desde a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, muito se avançou no estabelecimento de políticas, planos e programas que contemplam as questões de gênero. Sob responsabilidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), o PNPM (2013/2015) definiu 103 metas e 415 ações para a garantia dos direitos da mulher e seu empoderamento. Para que o II PNPM seja implementado, é imprescindível a parceria entre a União, governos municipais e estaduais. É igualmente fundamental que a sociedade civil, em especial as mulheres, conheça as ações propostas para que possa acompanhar



SAIBA MAIS: As cartilhas Gênero e Água do Ziraldo estão disponíveis no DVD que acompanha esta publicação. No Guia Didático do Aluno você também encontrará outras indicações de documentos interessantes sobre a temática gênero e água.

sua execução. São dezenove ministérios e secretarias especiais trabalhando juntos para assegurar direitos e melhorar a qualidade de vida das mulheres brasileiras em toda a sua diversidade (SPM, 2012, apud GARCIA et al., 2012).

Relembrando que no Brasil os direitos políticos das mulheres surgiram em 1932, com o direito ao voto, mas somente em 1934 foram suspensas as restrições (comprovação de renda ou autorização do marido) e em 1946 o voto feminino passa a ser obrigatório. Quase 50 anos depois, em 1995, é garantido por lei que no mínimo 20% das vagas de partidos ou coligações devem ser preenchidas por candidaturas de mulheres, aumentando para 30% em 1997. A partir de 2010, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, torna-se obrigatória a cota mínima de 30%, com 55% dos recursos do fundo partidário destinados à capacitação de mulheres para a política, bem como 10% do tempo de propaganda eleitoral (SEPM, 2012).

A disputa eleitoral para a presidência da República em 2010 foi composta por sete candidatos do sexo masculino e duas do sexo feminino. No primeiro turno, 66,24% dos votos foram destinadas às duas candidatas – Dilma Rousseff (46,91%) e Marina Silva (19,33%). Esses resultados são considerados como vitória, com a ascensão das mulheres na disputa eleitoral a cargos majoritários, como uma conquista social e a possibilidade do aumento e efetividade de políticas que garantam os direitos das mulheres e minorias.

Segundo dados, em 2010 as mulheres ficaram com 13,6% dos assentos no Senado, 8,7% na Câmara dos Deputados e 11,6% no total das Assembleias Legislativas (METAS DO MILÊNIO, 2012).

Nas eleições municipais de 2012 para o legislativo, segundo dados do TRE (2012), foram registradas 6.150 candidaturas para as Câmaras Municipais dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul – 33% eram mulheres. Entretanto, pouco menos de 14% foram eleitas. Assim, das 833 vagas nas câmaras, 113 foram conquistadas por mulheres (GARCIA, et al., 2012).

Para o executivo municipal, em 2012, no MS, segundo dados do TRE (2012), foram registradas 210 candidaturas; dessas, registram-se 15% por mulheres. Entretanto, pouco menos de 11% foram eleitas, conquistando oito das 79 vagas. Assim, para a gestão 2013/2016 oito mulheres foram eleitas para o executivo e 113 no legislativo nos 79 municípios do estado (GARCIA et al., 2012). É importante destacar que, se analisarmos o executivo e legislativo hoje, os números diferirão dos resultados publicados pelo TRE em 2012, dadas as cassações e eleições suplementares.

“Apesar de conquistas e de políticas afirmativas, a desigualdade entre homens e mulheres é perceptível nos postos de trabalho e renda, sendo necessárias ações afirmativas para fortalecê-las, de forma a garantir os direitos constitucionais de igualdade e equidade.”

Podemos observar hoje que as mulheres estão aos poucos ganhando cada vez mais espaço nos mais diversos setores da sociedade. Para Menegat et al. (2007), podemos afirmar que, em suas práticas cotidianas, as mulheres estão se redescobrando, reabrindo portas, tornando o tempo presente possível.

Mas a grande questão é: como garantir a incorporação de gênero nos espaços constituídos? Ampliando a participação de mulheres, garantido assim a igualdade e equidade de gênero. E ainda, a partir das problemáticas locais, identificando, ou mesmo criando, espaços para que a comunidade tenha voz, objetivando melhoria da qualidade de vida – individual e coletiva.

Em alguns espaços de deliberação e decisão (comitês, comissões e conselhos), os seus membros precisam ser representantes de determinado segmento – sociedade civil, usuários ou poder público. Para isso é necessário conhecer os

espaços existentes nas suas comunidades, bem como as orientações das políticas públicas para a constituição e participação em colegiados das várias áreas: saúde, educação, meio ambiente, habitação, planejamento, criança e adolescentes, dentre outros.

Como participar desses colegiados (conselhos, comissões e comitês)? Para isso faz-se necessário dar o primeiro passo, ou seja, participar de alguma organização ou entidade local: clubes de mães, associações de moradores – urbanos e rurais, clubes sociais, entidades religiosas, políticas, entidades classistas – sindicatos, cooperativas, associações de pais e mestres, comissões de meio ambiente e qualidade de vida nas escolas e comunidades de aprendizagem, grupos de apoio, de trabalho, de pesquisa e de estudos, ONGs.

Somente com a efetiva participação e controle social é possível alcançarmos uma sociedade justa!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V.L.F.; MARTINS, L.C. *Relações de Gênero e Educação Ambiental no Projeto Mulheres das Águas*. IV ENANPPAS. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT9-1026-912-20080504224300.pdf>.

CAP-NET/GWA. *Porque el género importa* – tutorial para gestores y gestoras del agua. CAP-NET Red Internacional para el Desarrollo de Capacidades en la Gestión Integrada de los Recursos Hídricos y La Alianza de Género y Agua. 2006.

GARCIA, Á. S. Fortalecimento da participação social e o contexto de gênero para o gerenciamento de recursos hídricos, participação e cidadania na BAP. In: *II Seminário internacional América Platina*. Campo Grande: UFMS, 2008. Anais.

GARCIA, Á. S.; MASSON, D. S.; LIRA; E. S. 2012. *Diagnóstico sobre gênero para a gestão integrada da Bacia do Apa (GIAPA)*. Relatório técnico. Prefeitura Municipal de Ponta Porã/MS.

ITAIPU BINACIONAL. *Equidade de gênero: como implementar na gestão das empresas?* Disponível em: http://premiowepsbrasil.org/wp-content/uploads/2013/11/Cartilha_EquidadeGenero_Itaipu.pdf.

MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. (org.) *Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009. 278p.

PNPM. *II Plano nacional de políticas para as mulheres*. Presidência da República - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

PNRH. *Plano Nacional de Recursos Hídricos. Diretrizes: Volume 3 / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos*. – Brasília: MMA, 2006. 4 v.: il. Color; 28 cm. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/161/_publicacao/161_publicacao03032011025152.pdf.

SILVA, M. A. D. *Direito Internacional à água*. Verbo jurídico. Disponível em: http://www.verbojuridico.com/doutrina/2011/marcossilva_dtointernacionalagua.pdf.

UERJ. *Declaração de Dublin*. Disponível em: <http://www.meioambiente.uerj.br/emrevista/documentos/dublin.htm>.



INCORPORAÇÃO DE GÊNERO NOS ESPAÇOS CONSTITUÍDOS

Relato de experiência: Gênero, feminismo e meio ambiente:
apontamentos e interlocuções

Por Constantina Xavier Filha¹

*Eu queria usar palavras de ave para escrever.
Onde a gente morava era um lugar imensamente e sem nomeação.
Ali a gente brincava de brincar com palavras
tipo assim: Hoje vi uma formiga ajoelhada na pedra!
A Mãe que ouvira a brincadeira falou:
Já vem você com suas visões!
Porque formigas nem têm joelhos ajoelháveis
e nem há pedras de sacristias por aqui.
Isso é traquinagem de sua imaginação.
O menino tinha no olhar um silêncio de chão
e na sua voz uma candura de Fontes.
O Pai achava que a gente queria desver o mundo
para encontrar nas palavras novas coisas de ver
assim: eu via a manhã pousada sobre as margens do
rio do mesmo modo que uma garça aberta na solidão de uma pedra.
Eram novidades que os meninos criavam com as suas palavras.*

MANOEL DE BARROS
(Menino do Mato, 2010)

Início meu relato de experiências de ensino, pesquisa e extensão em minha prática como professora que atua nos campos teórico-políticos de gênero e sexualidades com a poesia de Manoel de Barros. Inspiro-me nele para rever minha prática pedagógica, para pensar e repensar o óbvio, para desfrutar dos poucos momentos de ócio que me propicio... Nesse texto, queria “usar palavras de ave para escrever”, “brincar com palavras”, fazer “traquinagem com minha imaginação” e, sobretudo, “desver o mundo”. O poeta ressalta que “era preciso desver o mundo para sair daquele lugar imensamente e sem lado” e ainda que “a gente gostava das palavras quando elas perturbavam o sentido normal das ideias”.

¹ Pedagoga, doutora em Educação, professora Associada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS. Atua na Unidade de Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais e no Programa de Pós-graduação em Educação (CPAN/UFMS), no campus de Campo Grande. – tinaxav@terra.com.br

Sei que não tenho palavras poéticas para “escrever como ave”; mesmo assim, a poesia me inspira a pensar e a repensar a minha prática e me permite compartilhá-la, o que farei com este texto.

Interessei-me pelos estudos de sexualidades e gênero no início da década de 1990, ao participar de um projeto nacional, financiado pelo Ministério da Saúde, coordenado pelo Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual – GTPOS – de São Paulo. A partir daí, comprometi-me politicamente com esses campos de estudo. Em seguida, fiz mestrado² em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), analisando as várias situações da educação sexual em duas escolas públicas em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul – instituições que diziam não haver práticas sistemáticas direcionadas à educação da sexualidade. Após a defesa, ingressei como docente na mesma universidade e continuei a pesquisar questões relacionadas à formação docente e à sexualidade na infância. Juntamente com a pesquisa, inserimos no curso de Pedagogia uma disciplina, então optativa – hoje obrigatória – denominada Educação, Sexualidade e Gênero. Após o término do estágio probatório, ingressei no doutorado³ em Educação pela Faculdade de Educação da USP-FEUSP. Nessa instância, interessei-me por histórias de vida de professoras brasileiras e portuguesas, seus discursos-do-eu e as relações de sua identidade como mulheres-professoras, incluindo as formas pelas quais lidavam com as expressões de sexualidade de alunos e alunas de seu cotidiano escolar. No retorno, em 2005, dei continuidade às ações de pesquisa⁴, ensino e, sobretudo, às ações de extensão⁵, com a coordenação de vários projetos de formação docente, muitos deles com financiamento da Secretaria de Educação

² XAVIER FILHA, Constantina. *A educação sexual na escola: o dito e o não-dito na relação cotidiana*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2000.

³ XAVIER FILHA, Constantina. *Discursos da intimidade: imprensa feminina e narrativas de mulheres professoras brasileiras e portuguesas na segunda metade do século XX*. São Paulo: FEUSP, 2005 (Tese de Doutorado).

⁴ Projetos de Pesquisa sob minha coordenação: “*Já é tempo de saber...*” (2006-2009), com apoio da FUNDECT/MS; “*Gênero e sexualidade em livros infantis: análises e produção de material educativo para/com crianças*”, com apoio do CNPq (2008-2012); “*Violências contra crianças e adolescentes – concepções e ações no projeto de extensão Escola que Protege/Campo Grande-MS*” (2007-2013); “*Sexualidade(s) e gênero em artefatos culturais para a infância: pesquisas com crianças no âmbito de disciplinas do curso de graduação em Pedagogia/UFMS*” (2008-2012); “*Representações de violência dentro e fora da escola nas vozes das crianças*”, com apoio do CNPq (2011-2013).

Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Durante esse período de engajamento político-acadêmico, o conceito de gênero tem se mostrado fundamental como categoria teórica e política em minha trajetória. Esse conceito provém dos movimentos sociais, especificamente dos movimentos feministas. Foi utilizado em substituição ao termo “mulher” e passou a ser pensado como algo relacional. A novidade está no fato de que o conceito “gênero” inclui, indistintamente, masculinidade e feminilidade. Portanto, ao se falar em gênero como conceito teórico, está-se pensando e analisando as relações pelas quais homens e mulheres se tornam masculinos e femininos de muitos jeitos, apesar dos modelos culturais hegemônicos que estabelecem um ideal de ser homem e mulher.

O conceito de gênero passou a ser utilizado como categoria analítica nas pesquisas acadêmicas brasileiras na década de 1980, segundo os estudos de Guacira Lopes Louro (2007). Para a autora, ele é entendido como

Construção social feita sobre diferenças sexuais. Gênero refere-se, portanto, ao modo como as chamadas “diferenças sexuais” são representadas ou valorizadas; refere-se àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto (LOURO, 2000, p. 26).

Louro destaca que é na sociedade e na cultura que as diferenças biológicas entre homens e mulheres são significadas e representadas. Portanto, tornamo-nos homens e mulheres na cultura.

⁵ Projetos de extensão sob minha coordenação: “*Escola que Protege: a escola como espaço de identificação, prevenção e enfrentamento de violência sexual contra crianças e adolescentes – Campo Grande-MS*” (2006), com apoio da SECAD/MEC; “*Escola que Protege: a escola como espaço de identificação e prevenção das múltiplas violências contra crianças e adolescentes – Campo Grande-MS – ações de continuidade*” (2007); “*Escola que Protege: a escola como espaço de identificação e prevenção das múltiplas violências contra crianças e adolescentes – Campo Grande-MS – expansão*” (2008), com apoio da SECAD/MEC; “*Educação para a sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual: práticas e materiais educativos*” (SECAD/FNDE, 2008); “*Gênero e diversidade na escola – GDE (SECAD/FNDE, 2009)*”; “*Tecendo gênero e diversidades nos currículos da educação infantil – ações em Campo Grande – UFMS (SECAD/MEC, 2010)*”; “*Gênero e Diversidade na escola – GDE-2013*” (SECAD/CAPES, 2013).

O conceito de gênero é pulsante para pensar as práticas pedagógicas, assim como para pensar as formas segundo as quais somos afetados/as pelas inúmeras pedagogias de gênero. Estamos ensinando e aprendendo o tempo todo, independente de ações sistematizadas, ou não, das instituições educativas. Por esse motivo, estamos o tempo todo interagindo com discursos, conceitos, normas sociais que nos dizem como devemos ser, agir, comportar, apesar de nem sempre concordarmos com elas, porque os sujeitos são ativos, e não passivos, nesse processo.

Nossa identidade de gênero se constitui desde muito cedo. Na atualidade, temos dois marcadores sociais, determinados pelas cores rosa e azul, que separam mundos de meninas e meninos. As cores, adotadas como marcadores sociais, são muito mais do que simplesmente cores, indicam um modo de ser menina e de ser menino.

O mundo rosa⁶ indica que as meninas devem ser dóceis, meigas, românticas, doces. O mundo azul, por sua vez, indica que os meninos devem ser agressivos, assertivos, destemidos e até violentos. Essas questões ocorrem de forma sutil e duradoura, como afirma Louro (2000). Nem sempre nos damos conta disso, mas o tempo todo lidamos com o que se convencionou ser a norma, a regra ideal que define masculino e feminino.

O conceito de gênero nos leva a pensar não haver essência masculina ou feminina; pelo contrário, aprendemos a ser um ou outro e, a partir daí, vamos construindo o gênero com o qual nos identificamos. Isso nos habilita a pensar que podemos ser masculinos e femininos de diferentes formas, independentemente da norma social e até mesmo do órgão sexual: pênis ou vulva.

⁶ Livros infantis que escrevi nos últimos anos problematizando os universos rosa e azul para o público da infância: XAVIER FILHA, Constantina. *A menina e o menino que brincavam de ser...* Campo Grande/MS: Editora da UFMS, 2009; XAVIER FILHA, Constantina. *Entre semente e cegonhas: as curiosidades de Gabriela/Entre explosões e cortes na barriga: as curiosidades de Rafael*. Campo Grande/MS: Editora da UFMS, 2009; e XAVIER FILHA, Constantina. *As aventuras da princesa pantaneira*. Campo Grande: Editora Life, 2012.

O conceito de sexualidade também faz parte, de forma ampla, do campo teórico que estudo. Sexualidade e gênero, apesar de conceitos diferentes, estão em intrínseca relação. Uma delas refere-se à ligação entre sexo-gênero-sexualidade, que faz com que a heterossexualidade seja a norma. O conceito de heteronormatividade explica como isso se dá na cultura. Tal como as pedagogias de gênero, também vivemos em meio a pedagogias da sexualidade. Uma das importantes estratégias dessa pedagogia é a padronização da heterossexualidade como única e desejável identidade sexual de um sujeito. Aprendemos nos livros infantis, na televisão, na igreja e em outras instâncias sociais que o correto é o príncipe obrigatoriamente casar-se com a princesa, que a homossexualidade é doença, que a sexualidade reprodutiva deve ser um destino imutável (especialmente para as mulheres), entre outras tantas estratégias desse dispositivo das inúmeras pedagogias da sexualidade. Urge pensarmos em estratégias pedagógicas para questionar essas pedagogias valorizando e respeitando quaisquer das identidades sexuais, sejam elas homossexuais, heterossexuais ou bissexuais, bem como as várias identidades de gênero.

A partir desse breve panorama teórico, insisto em propor tais discussões e problematizações nos momentos de ensino e de extensão da formação docente⁷, em nível inicial e de formação continuada. Acho importante questionar e provocar: porque as meninas não podem brincar com os meninos? Por que os meninos não podem brincar nos cantos da fantasia e da beleza nos Centros de Educação Infantil? Como podemos pensar em novas práticas pedagógicas para que meninas e meninos aprendam com a mesma liberdade? Como meninos e meninas podem desenvolver atitudes de liderança, solidariedade e cuidado? Como meninos e meninas podem brincar com os brinquedos que desejarem nas instituições educativas? Como pensar em formas de avaliação igualitárias para meninas e meninos? São, enfim, inúmeras e

⁷ Livros teóricos que organizei para o público de professores/as: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). *Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual*. Campo Grande/MS: Editora da UFMS, 2009; XAVIER FILHA, Constantina (Org.). *Kit de materiais educativos para a educação para a sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual*. Campo Grande/MS: Editora da UFMS, 2009; XAVIER FILHA, Constantina (Org.). *Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012.

infindáveis as questões que necessitam de reflexão, estudos teórico-metodológicos, problematizações, novas formas e posturas dos/as docentes.

Nas pesquisas, interesse-me igualmente por pensar essas temáticas, dando prioridade, nos últimos anos, às que tratam das crianças⁸, visando aprender com elas. Como podemos fazer pesquisa com crianças e com elas falar de sexualidades, gênero, diversidades, diferenças? Como pensar com esse público sobre os vários artefatos culturais, como livros infantis, músicas, brinquedos e filmes, entre outros? Como produzir conjuntamente com e para elas?

Em duas pesquisas que coordenei, com apoio do CNPq, produzimos diversos materiais educativos para/com as crianças, dentre elas o livro infantil *As aventuras da princesa pantaneira* (2012) e os filmes de animação *Jéssica e Júnior no mundo das cores* (2010), *A princesa Pantaneira* e *Queityléia em perigos reais* (2012). Nessas pesquisas, surpreendeu-nos a avidez com que as crianças anseiam por tratar de assuntos que lhes dizem respeito. Tendo a oportunidade de se manifestar, querem discutir sobre sexualidade, violência contra crianças⁹, questões de gênero, tomando como referência fatos e situações cotidianos, quase sempre silenciados e negados nas práticas pedagógicas da escola e das relações familiares.

Iniciei o texto com a poesia de Manoel de Barros. Agora, para concluir este breve relato, retomo algumas de suas palavras. Tinha como intuito “brincar com as palavras”, fazer “traquinagem com a imaginação” e “desver o mundo”. Vejo-me, em minha trajetória de pesquisadora e professora, comprometida com as questões teóricas de gênero e sexualidade, procurando contribuir para a construção de um mundo mais igualitário. Busco “desver o mundo”, pensá-lo de outra forma,

desarranjá-lo; tento forjar novas maneiras de lidar com o “mundo” feito de regras e normas arbitrárias que dificultam a homens e mulheres ser sujeitos plurais. “Desver o mundo” é tentar desestabilizar verdades rígidas, tradicionais, inalteráveis, é permitir-se ver as coisas de outros ângulos, colocar em xeque o velho e dar abertura ao novo, a novas aprendizagens, a novas experiências, a novas traquinagens com a vida. Esse é um desafio constante para mim. Eu, porém, o exponho e proponho a alunos/as, docentes, crianças e os instigo a problematizar as palavras e as teorias para tentar perturbar “o sentido normal das ideias”.

REFERÊNCIAS

BARROS, Manoel. *Menino do Mato*. In BARROS, Manoel. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *Pedagogias da Sexualidade*. In: LOURO, G. L. *Currículo, gênero e sexualidade*. Lisboa: Porto Editora, 2000.

⁸ Livros teóricos que organizei para o público de professores/as: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). *Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual*. Campo Grande/MS: Editora da UFMS, 2009; XAVIER FILHA, Constantina (Org.). *Kit de materiais educativos para a educação para a sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual*. Campo Grande/MS: Editora da UFMS, 2009; XAVIER FILHA, Constantina (Org.). *Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012.

⁹ Juntamente com as pesquisas com crianças, também desenvolvo projetos de extensão, como: «Educação para a sexualidade, gênero e direitos humanos de crianças: produção de materiais didáticos para/com a infância» (2010); «Produção de filme de animação com crianças» (versões 2011, 2012 e 2013).



INCORPORAÇÃO DE GÊNERO NOS ESPAÇOS CONSTITUÍDOS

Relato de experiência: Ensino, pesquisa e extensão nos campos teórico-políticos da sexualidade e gênero: desejo de ‘desver’ o mundo

Por Alexandra Lopes da Costa ¹

Meus primeiros contatos com o debate científico no campo da Educação Ambiental e das relações de gênero ocorreram durante a graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), entre os anos de 2001 e 2004. A participação como discente nas disciplinas de Direito Ambiental, Ciências Sociais e Meio Ambiente, Ecologia Humana e Relações Sociais de Gênero foram essenciais para o início de um processo reflexivo sobre dois campos que, mesmo sendo intrinsecamente ligados, aparentam ser muito distantes.

Nessa época, a inserção em um grupo com orientação feminista, comportando atividades teóricas e a prática militante, contribuiu para ampliar a minha percepção quanto ao impacto do sistema capitalista no meio ambiente e sobre o corpo e a condição das mulheres na sociedade. Desde essa época o corpo das mulheres, território da existência e vontade de potência no qual se materializa o legado das ideologias patriarcais, passou a receber atenção especial.

Pautas como o salário desigual no mercado de trabalho e a dupla jornada, passando pelo estupro corretivo, sub-representação na política, medicalização da sexualidade, problemas como anorexia, consumo compulsivo, ditadura da beleza, feminização da pobreza, da Aids e violência de gênero, além da mortalidade materna e falta de creches, escolas e outros serviços sociais básicos que dificultam a vida e abatem o organismo de inúmeras mulheres, compunham o rol das temáticas discutidas pelo grupo.

Esses assuntos eram trabalhados de forma intersectada com as categorias de classe, raça/etnia, orientação sexual, geração e territorialidade, entre outros marcadores de diferença. Além disso, não podemos esquecer que as mulheres foram historicamente vinculadas à natureza, ao contrário dos homens, associados

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), especialista em Dependências Químicas pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP) e mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Possui formação complementar em Direitos Humanos pelo Programa de Incentivo à Produção Acadêmica em Direitos Humanos da SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos (Qualis-Capes A2), promovido pela Fundação Carlos Chagas e Conectas Direitos Humanos. Integra a equipe de pesquisadores do Grupo de Trabalho Cornelius Castoriadis (GTCC/UFMS) e do Grupo de Estudos em Gênero, Identidade e Memória (GIM/UFGD). E-mail: alexasociais@yahoo.com.br

à cultura. Simone de Beauvoir, em sua obra *O segundo sexo* me auxiliou a refletir sobre como as representações do corpo feminino associadas ao reino da natureza limitaram a autonomia das mulheres. “A biologia é o destino”, criticava a feminista, ao apontar a base ideológica que lhes sujeitava ao confinamento do espaço privado e delimitava seu projeto de futuro à maternidade, à domesticidade e à família². Essa associação das mulheres à natureza está inserida em uma história de longa duração³. Da Grécia antiga ao mundo contemporâneo, passando pela Idade Média à era moderna, foram muitos os filósofos, pensadores e tratados que emitiram juízos sobre a mulher com base na sua fisiologia, muitas vezes proclamando a necessidade de seu domínio e adestramento, bem como construindo em torno da maternidade os parâmetros de normalidade para o sexo feminino. Ao contrário dos desígnios atribuídos aos homens, senhores de si, do espaço público, engenheiros da própria existência e principais autoridades no seio da família e da sociedade⁴.

No segundo ano de faculdade atuei como professora na disciplina de Ciências Sociais na Escola Estadual Maestro Heitor Villa-Lobos, onde pude trabalhar conteúdos relacionados à formação social brasileira, articulados com as teorias de gênero. A exploração de matérias-primas da natureza no Brasil colonial pela metrópole portuguesa, bem como a herança da colonização na subjugação das etnias indígenas e da população negra traficada da África e escravizada eram alguns dos pontos fulcrais discutidos com os alunos, assim como as características do sistema patriarcalista na sujeição do conjunto de mulheres e formas específicas de violência vivenciadas pelas negras e indígenas, como o estupro patrocinado pelos colonizadores, homens, brancos, europeus, cristãos.

Apesar da distância no tempo, traços desse modelo insustentável de desenvolvimento e de relações de poder assimétricas entre homens e mulheres são perceptíveis até hoje. Afinal, a exploração do pau-brasil, do café, do ouro,

² BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

³ Consultar BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira, 1985.

⁴ Ver PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2005.

da borracha, da cana-de-açúcar, dentre outras riquezas naturais e minerais do passado colonial, deu lugar a novas formas de exploração da natureza e cultivo da monocultura em grandes extensões de terra. O agronegócio e a mecanização da produção perpetuam a concentração de terras e riquezas, sendo pouco capazes de promover o desenvolvimento humano, social e gerar trabalho para grandes contingentes populacionais.

Exemplo disso ocorre no Mato Grosso do Sul, onde o agronegócio é considerado o mote para o desenvolvimento, discurso que se intensificou a partir dos anos 2000, com a instalação de uma série de usinas de álcool e agrodiesel que aportaram na região. No entanto, ao contrário do que se proclamou, esses empreendimentos não produziram e não alavancaram o desenvolvimento econômico e social, pois, além dos danos ambientais, também costumam oferecer empregos precários e informais, até mesmo com a violação dos direitos trabalhistas e o trabalho escravo, que perpetuam a pobreza e as mazelas sociais. A herança de uma cultura agrária marca a vida política e social do país com fortes características patriarcais e androcêntricas.

Apesar de homens e mulheres serem impactados por esse mesmo processo de “desenvolvimento”, paira ainda sobre as mulheres as questões relacionadas à geração e reprodução da vida humana, subempregos e preconceitos sexistas, violência e femicídio, que fazem da exploração, sobrecarga de trabalho e do sofrimento uma característica presente na vida privada e social que, nas regiões rurais do Mato Grosso do Sul, são muitas vezes vivenciadas por elas como algo naturalizado e sem estranhamento.

Em muitos assentamentos rurais do estado, por exemplo, cabem as mulheres os serviços domésticos, mas também os cuidados com a roça e a criação de animais, porém não são reconhecidas como trabalhadoras, mas como meras ajudantes dos maridos, que gozam do reconhecimento da identidade de trabalhadores⁵. O que

⁵ Sobre isso consultar COSTA, A. L. *O Tônico dos Machos: o uso de psicoativos no contexto das masculinidades e a violência de gênero no campo*. Programa de Pós Graduação em História (Dissertação), Universidade Federal da Grande Dourados, 2012, 223 f.

se observa, portanto, com a forma predatória de exploração dos recursos naturais, é um crescimento da feminização da pobreza, da mercantilização e exploração do corpo das mulheres, que impacta nos cuidados das crianças e idosos, uma vez que estas são funções atribuídas a elas pela sociedade patriarcal, reduzidos a subprodutos das políticas econômicas, de subjetivação e das representações de gênero dominantes. Em síntese, no campo e nas cidades as mulheres ainda são associadas aos estereótipos de delicadeza, vaidade, aos serviços de cuidado, educação dos filhos e reprodução social da família, sendo as maiores responsáveis pelo trabalho doméstico desvalorizado e sem remuneração⁶.

Mesmo nos últimos anos, com o aumento do nível de escolarização e da participação feminina no espaço público, especialmente no mercado de trabalho, elas continuam sofrendo com a dupla jornada e recebem salários menores pelo mesmo serviço desempenhado se comparadas à população masculina, disparidade que aumenta para negras e indígenas⁷.

Adicionalmente, continuam expressivos no país os índices de violência doméstica que atingem a integridade física e emocional e impactam negativamente na capacidade produtiva. Todos estes fatores limitam o tempo disponível das mulheres para o lazer, os estudos, a participação em movimentos sociais, partidos políticos e a construção de si mesmas enquanto sujeitos históricos. As desigualdades, com diversas características – raciais, sociais, econômicas –, entremeadas pela categoria de gênero, tendem a reproduzir estereótipos e desqualificar a atuação e o protagonismo das mulheres no espaço público, de maneira a ratificar suas obrigações como naturalizadas e pautadas em uma essência feminina no espaço privado.

Depois de formada, atuei no Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste, em 2006, como articuladora do projeto

⁶ Informação disponível em: <http://bit.ly/ZnpTpD>. Consultado em: 09 abr. 2013. Ver também BRASIL. II Plano Nacional de políticas para as mulheres. Brasília: SPM, 2008.

⁷ No Brasil, a população feminina apresenta, hoje, maior nível de escolarização do que a masculina. Entretanto, há ainda muitas desigualdades entre homens e mulheres do campo e da cidade, e entre as próprias mulheres, como base na raça/etnia, orientação sexual, presença de deficiência e territorialidade.

Acelerando Passos no Enfrentamento à Violência Sexual Cometida contra Crianças e Adolescentes e, no ano seguinte, prestei trabalho voluntário no Grupo de Apoio e Solidariedade Sul-Mato-Grossense Ação e Prevenção à Aids. Já em 2008 exerci a profissão de socióloga no projeto Penas Alternativas e Violência de Gênero: Sensibilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher, desenvolvido pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher do MS, e no ano de 2012 fui responsável pela coordenação do referido projeto. No decorrer dessa trajetória busquei articular de diversas formas reflexões em torno da violência estrutural, dos impactos desse sistema no meio que nos cerca e do qual somos parte, na construção de subjetividades, nas relações sociais e de gênero.

Direta ou indiretamente, a interlocução entre gênero e meio ambiente é indissociável e constitui um campo aberto e rico de pesquisa que merece ser explorado. Mas ainda existem resistências na discussão de gênero nas conferências internacionais sobre meio ambiente, como aconteceu na Rio + 20, que não acatou as deliberações das ativistas sobre a necessidade de discutir os direitos reprodutivos, contrastando com o alto controle estatal da vida sexual e reprodutiva feminina em relação à masculina pelos governos, em virtude de questões e mitos relacionados à reprodução, ao machismo e às políticas de controle de natalidade com viés neomalthusiano. Ao lembrar que as mulheres foram historicamente vinculadas à natureza, é preciso desconstruir as ideias que atribuem a elas um cuidado inato para com o meio ambiente, bem como as de culpadas pela pobreza, pelo aumento descuidado dos membros da família e o crescimento populacional desenfreado. A forma como nós, seres humanos nos relacionamos, como espécie e como gênero, uns com os outros, revela a maneira como nos relacionamos com a natureza, ou seja, nós mesmos, interconectados com tudo o que existe, fauna, flora, rios, florestas, etc. Mulheres e homens são responsáveis pelo ecossistema e têm igual potencial para a preservação ambiental, desde que educados para mudança de mentalidade em prol de relações mais equânimes entre si e com o meio, essenciais para um futuro com maior equilíbrio, harmonia e respeito por si mesmos, pelas espécies vivas e as sociedades.

Índice de conteúdo do DVD

O PROJETO

Formação de Multiplicadores para Incorporação de Gênero no Gerenciamento de Recursos Hídricos e Educação Ambiental

Publicação: GAEA – Gênero, Água, Educação Ambiental

O CURSO

- Projeto Político Pedagógico
- Guia Didático do Aluno

MATERIAL DE APOIO

- Educação a Distância: conceitos e história no Brasil
- Apostila de Rádio Popular
- Manual de educação do MEC
- Política de Águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos
- Água e Transdisciplinaridade: para uma ecologia de saberes
- Água e Cooperação: reflexões, experiências e alianças em favor da vida
- A Ética do Uso da Água Doce: um levantamento
- Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida): o ideal e o real nos processos de participação
- Educação Ambiental e suas Bases Legais no Estado de Mato Grosso do Sul
- Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos – Participação e Cidadania na BAP
- Panorama da Educação Ambiental no Brasil
- Política de Águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos
- Resolução N. 02 do CNE/CP - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
- Encontros e Caminhos – Formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores – volumes 1, 2, 3
- Ciclo de atividades de Educação Ambiental
- Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM 2013-2015)
- Espaços de Participação, Articulações e Redes

- Relatório: Equidade de Gênero na Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa
- Fortalecimento da Participação Social e o Contexto de Gênero para o Gerenciamento de Recursos Hídricos – Participação e Cidadania na BAP
- Relações de Gênero e Educação Ambiental no Projeto Mulheres das Águas
- Água em três movimentos: sobre mitos, imaginário e o papel da mulher no manejo das águas
- Direito Internacional à água
- Cartilhas Gênero e Água – Ziraldo/GWA (Edições: 1, 2, 3 e 4)

MULTIMÍDIAS

REVISTA AGUAPÉ

nº 10 - Conservação da natureza com produção

nº 11 - Pé na Água

nº 12 - A sustentável leveza de ser ecológico

nº 13 - Educação Ambiental na bacia do rio Apa

nº 14 - Fotorevista

nº 15 - GEASF: Água y Educación Ambiental

nº 16 - GAEA: Água Gênero, Educação Ambiental

nº 17 - A nova jornada começou

VÍDEOS

Prof^a. Dra. Vera Catalão

Água como matriz ecopedagógica 1 e 2

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Apresentação

Educação Ambiental e biodiversidade

Metodologia

SISTEMATIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS GÊNERO, ÁGUA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- **Adriana Dezan** - O percurso pelo curso formação em gênero, água e educação ambiental
- **Anderson Pereira Tolotti** - Educação ambiental
- **Andréia Barbosa Alves** - Relato de experiência: Formação em gênero, água e educação ambiental (EAD/UFMS)
- **Carla Vilasboa Bezerra** - Água: ingrediente principal para o desenvolvimento da vida

- **Cornelia Johanna Suijkerbuijk** - Educação e meio ambiente: observações e argumentos
- **Creuza Maria Santos da Silva** - Lugar de lixo é no lixão
- **Cristiane Aparecida Borges dos Santos e Rosemeire dos Santos Araújo da Cunha** - Formação de multiplicadores para a incorporação de gênero no gerenciamento de recursos hídricos e educação ambiental
- **Cristina Viana Sales** - Meio ambiente e resíduos sólidos
- **Diego Roldão** - O projeto Formação Gênero, Água, Educação Ambiental
- **Edite Gonçalves Serra e Michele Serra Nantes Rocha** - Relato sobre atividades e experimentos realizados no curso de Formação Gênero, Água e Educação Ambiental
- **Edson da Silva** - Água: essência da vida
- **Elaine Costa Rosa da Silva** - Educação ambiental focada as questões dos recursos hídricos e gênero: desejo de mudança.
- **Érika Pacheco; Eliana Pacheco e Renata Garcia** - Educação ambiental em escola de tempo integral
- **Euélica Fagundes Ramos; Euricléia Fagundes Ramos e Odete Josiane Almada de Souza** - Educação ambiental em um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos
- **Fabiana da Silva Sacchi Marcelino e Valmir Damacena Marcelino** - Assentamento Mutum e suas nascentes
- **Francielle Vscha Aguiar** - Educação ambiental e interdisciplinaridade por meio da tecnologia: relato de experiência em sala de aula
- **Hanelise de Menezes Fernandes Pautz** - Um novo olhar, um novo compreender
- **Irlene Coelho Oliveira Vicente e Juciléia Gomes Aquino** - Gênero, água e educação ambiental: prioridades para a vida no planeta.
- **Keila Regina Freitas da Silva Xavier e Cristiane Alves de Freitas** - Relato de experiência: O nosso percurso e aprendizado
- **Keitiane Larrosa Areco** - Banda ecológica sem fronteira
- **Kelly Cardoso Brasil** - Água, como usar?
- **Leiva Aparecida da Silva Além** - Experiência profissional x formação gênero, água educação ambiental
- **Luciana Squellino Farias Cabral** - Gênero, água e educação ambiental

- **Luiz Henrique Ortelhado Valverde e José Ricardo Leite de Carvalho** - Pegada Ecológica: uma abordagem significativa para funcionários públicos de uma unidade de saúde
- **Magali das Neves Pires de Campos** - Agricultura sustentável, horta orgânica
- **Magda Janete Wilde Callegaro** - Comemoração do Dia Mundial da Água
- **Manoel Afonso Moreira Pinheiro** - Percurso do curso Gênero, Água e Educação Ambiental
- **Marcos Coelho Cardoso** - Conjunto habitacional Estrela Porã: a experiência de uma comissão de educação ambiental em Dourados/MS
- **Maria Aparecida da Silva Moura** - Educação ambiental nas escolas municipais e estaduais de Glória de Dourados: um relato de experiência
- **Maria Aparecida Furtuoso Gomes e Heatclif Horing** - Projeto interdisciplinar de educação ambiental: a água como bem socioambiental
- **Melissa Alves Ferreira** - Relatos de experiência
- **Michele Cristina Barbosa de Campos** - Relato de experiência do curso Gênero Água e Educação Ambiental
- **Milena de Souza Rodrigues** - Dia Mundial da Água
- **Nirce Ortega de Oliveira** - Compromisso com a vida, água e semente
- **Regiane da Silva Andrade** - Formação de Gênero, Água e Educação Ambiental: ampliando horizontes, compreendendo as relações e refazendo os caminhos
- **Rodrigo Cordeiro de Matos** - Relatório de experiência Gênero, Água e Educação Ambiental
- **Rosa Maria Costa Silva** - meio ambiente, conhecimento: práticas ambientais
- **Silvia Cristina Svet Goes** - Educação para preservação das águas
- **Solange Alamini de Barros Anselmo e Alfred Forster** - Plano Municipal de Saneamento básico e o controle social: caso de Deodópolis-MS
- **Thayane Soares da Costa** - A importância de novos aprendizados!
- **Thiffany Renata Arioni** - Projeto água “fonte de vida”
- **Valdete Lourdes Nardino Testa** - Experiências vividas
- **Vera Lúcia Ribeiro Pereira** - A mulher e o meio ambiente
- **Vicente Eduardo Balog** - Intervenção socioambiental junto ao Projovem

REALIZAÇÃO



Mupan

